Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 24/02/2021 a 25/02/2021

Índice

Senadinho Macaíba | RN
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ
Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de Sindicatos filiados
Notícias – 24/02/2021 5

Tribuna de Notícias | RN
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ
Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de sindicatos filiados
Notícias - 24/02/2021 6

O Mossoroense | RN
Prefeitura informa que vai seguir Ministério Público e reforçar restrições contra à Covid
Notícias - 24/02/2021 7

Novo Jornalismo RN
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ
Empresários vão sugerir medidas para evitar falência de empresas no RN
Notícias - 24/02/2021 8

Ponto de Vista Online | RN
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ
Fecomércio entende que decretos 'punem injustamente' bares e restaurantes que cumprem protocolos sanitários no RN
Notícias - 24/02/2021 9

Tribuna do Norte | RN
FECOMÉRCIO RN
Pesquisa: 35% das indústrias potiguares concretizaram os investimentos planejados
Notícias - 24/02/2021 10

Tribuna do Norte | RN
Faturamento da indústria de alimentos cresce 12,8% em 2020
Notícias - 24/02/2021 11

Tribuna do Norte | RN
Com aulas remotas, lojas de material escolar de Natal acumulam prejuízos
Notícias - 24/02/2021 12

Tribuna do Norte | RN
Parnamirim determina fechamento de bares às 22h em decreto com novas medidas de prevenção
Notícias - 24/02/2021 13

Estadão | DF
Presidente do Senado admite votação de auxílio emergencial sem contrapartidas
Notícias - 25/02/2021 15

Estadão | DF
IPO do Banco Modal marca estreia da categoria na B3
Notícias - 25/02/2021 16

Estadão | DF
Projeto de venda dos Correios sai da gaveta
Notícias - 25/02/2021 17

Estadão | DF
IPO do Banco Modal marca estreia da categoria na B3
Notícias - 25/02/2021 18

Estadão | RJ
Petrobrás tem lucro de R$ bi no 4º trimestre
Notícias - 25/02/2021 19

Folha de São Paulo | DF
MP da Eletrobras prevê R$ 8,7 bi em obras para redutos eleitorais
Notícias - 25/02/2021 20

Folha de São Paulo | DF
Governo quer votar PEC mesmo sem fim de piso de saúde e educação
Notícias - 25/02/2021 21

Folha de São Paulo | DF
Piso para educação e saúde não é ideal, mas muito pior não tê-lo, diz economista
Notícias - 25/02/2021 22

Folha de São Paulo | DF
Projeto quebra monopólio dos Correios
Notícias - 25/02/2021 23

Folha de São Paulo | RJ
'Entregamos nossas promessas', afirma presidente da Petrobras ao divulgar lucro
Notícias - 25/02/2021 24

Folha de São Paulo | RJ
Sob efeito da alta dos combustíveis, prévia da inflação do mês fica em 0,48%
Notícias - 25/02/2021 25

O Globo | DF
Brasil supera marca de 250 mil mortes por Covid-19
Notícias - 25/02/2021 26

O Globo | DF
Petrobras volta a lucrar e fecha 2020 no azul
Notícias - 25/02/2021 27

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Tribuna do Norte que revela a frustração dos investimentos planejados pela indústria potiguar para o ano de 2020. Apenas 38% das indústrias do Rio Grande do Norte concretizaram os investimentos planejados para 2020, de acordo com a pesquisa Investimentos na Indústria Potiguar 2020-2021, da Fecomércio. Na pesquisa do ano anterior, o índice foi de 50%, o que já era o percentual mais baixo da série histórica iniciada em 2012. Já a intenção de investimentos relativa a 2021 foi manifestada por 59% das empresas, uma queda de 9 pontos percentuais se comparado a 2020, quando 68% da indústria planejava investimentos no início do ano. Confira outros detalhes na página 10 do clipping.

O jornal Estadão noticia que o projeto de venda dos correios chegou à Câmara, entregue, pessoalmente, pelo presidente Bolsonaro e os ministros Paulo Guedes (Economia) e Fábio Faria (Comunicações). O texto, que representa mais uma investida para demonstrar que a agenda liberal do ministério da Economia está de pé, pretende quebrar o monopólio da estatal, permitindo que a iniciativa privada assuma operações da empresa. A medida também estabelece que os Correios serão transformados em sociedade de economia mista (pública e privada). Saiba mais na página 17 do clipping.

Na página 19 do clipping, o Estadão destaca que a Petrobras registrou lucro líquido de R$ 59,9 bilhões no quarto trimestre do ano passado. O salto foi de 635% em relação ao mesmo período de 2019, resultado muito acima do esperado por analistas e maior para um trimestre, pelo menos desde 2008. No acumulado do ano, a empresa conseguiu um resultado positivo, mas bem menor, de R$ 7,1 bilhões. O balanço foi divulgado em meio à crise provocada pelas críticas sucessivas do presidente Jair Bolsonaro à política de preços de combustíveis, e pela nomeação do general Joaquim Silva e Luna para o comando da empresa.

O jornal O Globo noticia que o Brasil superou a marca de 250 mil mortos por Covid-19, um dia antes de o primeiro diagnóstico da doença no País completar um ano. O Brasil mantém um índice superior a mil diárias há 34 dias, desde 21 de janeiro. Confira detalhes na página 26 do clipping.

Imagens dos Clippings
(a seguir)

Veículo: Senadinho Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de Sindicatos filiados **Impacto:** Positivo
Link: https://senadinhomacaiba.com.br/presidente-marcelo-queiroz-coordena-reuniao-tecnica-com-presidentes-de-sindicatos-filiados

Rio Grande do Norte

Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de Sindicatos filiados

24/02/2021 Isaias 0 comentários com, coordena, filiados, grande, marcelo, norte, presidente, presidentes, queiroz, reunião, rio, sindicatos, técnica

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, coordenou, na manhã desta quarta-feira, 24, a 2ª Reunião Técnica com os Presidentes de Sindicatos Filiados à entidade, que discutiu as negociações trabalhistas e seus impactos econômicos no dia a dia das entidades e empresas. Abrindo a reunião, Queiroz destacou os desafios que devem ser enfrentados neste 2021, não só para recuperar o tempo perdido, como também para que as empresas possam se reorganizar e conseguir superar a crise atual.

"A Fecomércio vem trabalhando diuturnamente para que isso aconteça. É nosso papel dar esse suporte aos sindicatos filiados, prestando, entre outras coisas, todo o apoio técnico. É por isso que hoje estamos aqui reunidos, para falar sobre os impactos das negociações coletivas no dia a dia de nossas empresas. Para orientar a melhor forma de chegar a um acordo, buscando soluções conjuntas com os sindicatos dos empregados, de maneira a chegarmos no entendimento mais justo e viável possível", salientou o presidente Marcelo Queiroz.

A reunião contou com a palestra "Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho: Negociações e Impactos Econômicos", proferida pelo economista, advogado e mediador de Conflitos Trabalhistas Individuais e Coletivos da Superintendência Regional do Trabalho no RN, do Ministério da Economia, Cláudio Gabriel.

"A negociação é o principal instrumento para tratar dos interesses coletivos das empresas e categorias. Então, é importante que o representante seja um negociador preparado, habilidoso, e que, principalmente, saia da negociação com um instrumento não só atualizado, mas que seja adequado à realidade das empresas. É preciso que se tenha em mente que tudo o que for decidido ali irá impactar na realidade das empresas e que irá impactar diretamente nos seus custos", alertou o palestrante, e disse ainda: "É imprescindível que em toda negociação individual entre sindicatos dos trabalhadores e empresas, o sindicato patronal esteja presente, para que não sejam criadas situações diferentes do que está posto nas convenções e acordos".

O assessor jurídico da Fecomércio RN, Pedro Siqueira, apresentou aos participantes da reunião a cartilha "Importância da Negociação Coletiva de Trabalho na Construção do Direito Coletivo: A Convenção coletiva de trabalho como instrumento de afirmação sindical". O instrumento foi disponibilizado aos Sindicatos filiados e contém "orientações importantes para os momentos de negociação das convenções e acordos coletivos, mostra quais as cláusulas obrigatórias e consideradas importantes, e tem o objetivo de fortalecer ainda mais a atuação sindical", frisou Siqueira.

O presidente Marcelo Queiroz encerrou a reunião destacando a importância do tema tratado. "Foi uma reunião muito produtiva, com um tema que faz parte do dia a dia de todo sindicato. E que as informações que vocês levarão daqui possam contribuir para melhorar a relação com os seus associados e para a sua sustentabilidade", finalizou.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21
Título: Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de sindicatos filiados **Impacto:** Positivo
Link: http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/02/presidente-marcelo-queiroz-coordena.html

PRESIDENTE MARCELO QUEIROZ COORDENA REUNIÃO TÉCNICA COM PRESIDENTES DE SINDICATOS FILIADOS

24 fevereiro

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, coordenou, na manhã desta quarta-feira, 24, a 2ª Reunião Técnica com os Presidentes de Sindicatos Filiados à entidade, que discutiu as negociações trabalhistas e seus impactos econômicos no dia a dia das entidades e empresas. Abrindo a reunião, Queiroz destacou os desafios que devem ser enfrentados neste 2021, não só para recuperar o tempo perdido, como também para que as empresas possam se reorganizar e conseguir superar a crise atual.

"A Fecomércio vem trabalhando diuturnamente para que isso aconteça. É nosso papel dar esse suporte aos sindicatos filiados, prestando, entre outras coisas, todo o apoio técnico. É por isso que hoje estamos aqui reunidos, para falar sobre os impactos das negociações coletivas no dia a dia de nossas empresas. Para orientar a melhor forma de chegar a um acordo, buscando soluções conjuntas com os sindicatos dos empregados, de maneira a chegarmos no entendimento mais justo e viável possível", salientou o presidente Marcelo Queiroz.

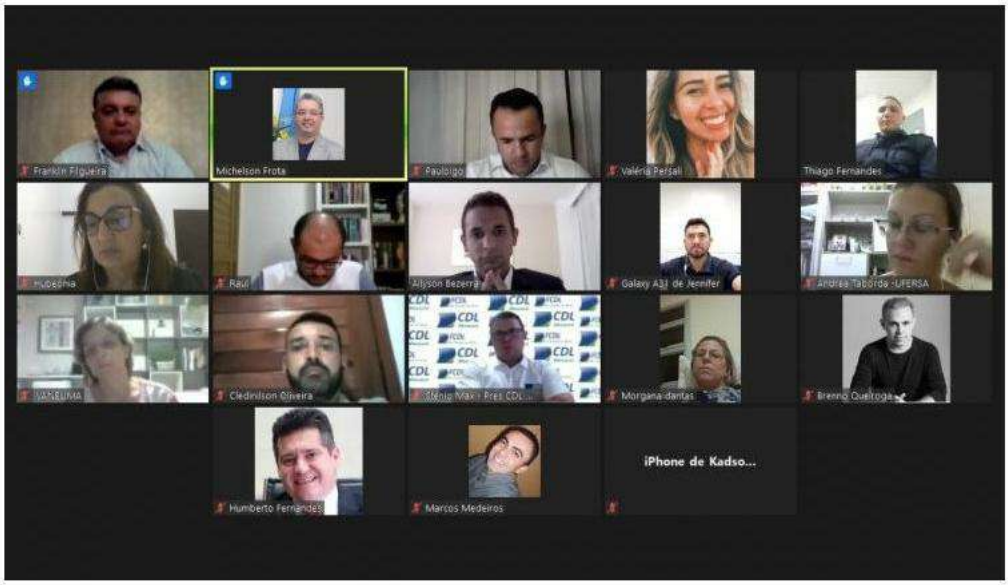
A reunião contou com a palestra "Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho: Negociações e Impactos Econômicos", proferida pelo economista, advogado e mediador de Conflitos Trabalhistas Individuais e Coletivos da Superintendência Regional do Trabalho no RN, do Ministério da Economia, Cláudio Gabriel.

"A negociação é o principal instrumento para tratar dos interesses coletivos das empresas e categorias. Então, é importante que o representante seja um negociador preparado, habilidoso, e que, principalmente, saia da negociação com um instrumento não só atualizado, mas que seja adequado à realidade das empresas. É preciso que se tenha em mente que tudo o que for decidido ali irá impactar na realidade das empresas e que irá impactar diretamente nos seus custos", alertou o palestrante, e disse ainda: "É imprescindível que em toda negociação individual entre sindicatos dos trabalhadores e empresas, o sindicato patronal esteja presente, para que não sejam criadas situações diferentes do que está posto nas convenções e acordos".

O assessor jurídico da Fecomércio RN, Pedro Siqueira, apresentou aos participantes da reunião a cartilha "Importância da Negociação Coletiva de Trabalho na Construção do Direito Coletivo: A Convenção coletiva de trabalho como instrumento de afirmação sindical". O instrumento foi disponibilizado aos Sindicatos filiados e contém "orientações importantes para os momentos de negociação das convenções e acordos coletivos, mostra quais as cláusulas obrigatórias e consideradas importantes, e tem o objetivo de fortalecer ainda mais a atuação sindical", frisou Siqueira.

O presidente Marcelo Queiroz encerrou a reunião destacando a importância do tema tratado. "Foi uma reunião muito produtiva, com um tema que faz parte do dia a dia de todo sindicato. E que as informações que vocês levarão daqui possam contribuir para melhorar a relação com os seus associados e para a sua sustentabilidade", finalizou.

Veículo: Jornal O Mossoroense - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: Prefeitura informa que vai seguir Ministério Público e reforçar restrições contra à Covid **Impacto:** Positivo
Link: https://www.omossoroense.com.br/prefeitura-informa-que-vai-seguir-ministerio-publico-e-reforcar-restricoes-contra-a-covid



SAÚDE

Prefeitura informa que vai seguir Ministério Público e reforçar restrições contra à Covid

Last updated **24 de fevereiro de 2021**

Share

A Prefeitura Municipal de Mossoró informou através de nota à imprensa que deverá publicar um decreto ainda nesta quarta-feira (24), determinando orientações acerca das medidas sanitárias de enfrentamento ao Coronavírus. A publicação, em edição do Jornal Oficial de Mossoró (JOM), acontecerá após discussão feita em reunião online pelo Comitê de Prevenção e Enfrentamento à Covid-19 com a participação do prefeito Allyson Bezerra.

Segundo a nota, o município decidiu seguir as recomendações feitas essa semana pelo Ministério Público Estadual e pelo decreto do Governo do Rio Grande do Norte. Uma das orientações fixa o funcionamento de bares e restaurantes até as 22h e o encerramento dos serviços às 23h. O documento deve contemplar ainda o funcionamento dos buffets e venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos.

Conforme o tema discutido pelo Comitê, o principal objetivo da prefeitura é salvar vidas e preservar as atividades comerciais. O prefeito Allyson Bezerra destaca que "o intuito é manter o diálogo constante com a sociedade, ouvindo à população e os segmentos diretamente envolvidos. Na nossa gestão, o diálogo é a base das decisões".

A reunião do Comitê de Prevenção e Enfrentamento à Covid-19 contou com a participação dos titulares das secretarias municipais de Saúde (Morgana Dantas), Procuradoria-Geral do Município (Raul Santos), Infraestrutura (Brenno Queiroga), Consultoria-Geral do Município (Humberto Fernandes); Gabinete do Prefeito (Kadson Eduardo); Desenvolvimento Econômico (Franklin Filgueira), Educação (Hubeônia Alencar), Guarda Civil Municipal e Secretaria de Segurança (Thiago Fernandes); Vigilância Sanitária (Ivaneuma Fernandes); professores das Universidades de Mossoró (Andrea Taborda e Jennifer do Vale); Câmara dos Dirigentes Lojistas de Mossoró (Stênio Max); Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (Michelson Frota) e Câmara Municipal de Mossoró (Paulo Igo).

Veículo: Novo Jornalismo - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Empresários vão sugerir medidas para evitar falência de empresas no RN **Impacto:** Positivo
Link: https://novonoticias.com/economia/empresarios-vao-sugerir-medidas-para-evitar-falencia-de-empresas-no-rn

Empresários vão sugerir medidas para evitar falência de empresas no RN

Por Redação
24/02/2021 às 8h23 em Economia

Empresários e sindicatos ligados aos setores do comércio, serviços e turismo no Rio Grande do Norte emitiram uma nota conjunta demonstrando preocupação com as recentes medidas do Governo do Estado e de várias prefeituras que adotaram restrições ao funcionamento do setor de bares e restaurantes. Segundo a nota, os segmentos são punidos "injustamente".
A nota diz ainda que o grupo de empresários e sindicatos está formatando, no âmbito da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio, um pacote de sugestões que serão apresentadas ao Governo do Estado e às prefeituras.
"Trata-se de uma tentativa de evitar que as empresas quebrem, o que não seria nada bom para ninguém. Nem para as empresas, nem para os seus colaboradores e nem, muito menos, para os entes públicos, que deixam de recolher impostos", diz a nota.
Entre outras coisas, o grupo pretende sugerir ações nas áreas fiscal, tributária, de concessão de crédito, treinamento e suporte à fiscalização dos estabelecimentos.
"Nosso apelo, repetimos, está centrado em amenizar o forte impacto negativo que prevemos para o setor com mais esta medida. Em paralelo, aproveitamos para reforçar a extrema importância de que os novos leitos de UTI já anunciados pela prefeitura de Natal e pelo Governo do Estado sejam efetivamente postos em funcionamento o mais breve possível, visto que tal medida irá impactar diretamente no salvamento de vidas, que é o foco maior de todos nós".
Leia abaixo a íntegra da nota:

NOTA CONJUNTA

Antes de mais nada é importante ressaltar que o setor turístico e a Fecomércio RN sempre foram a favor da vida. O recrudescimento dos casos de Covid-19 é um fato grave e precisa seguir sendo encarado com toda a responsabilidade. Nossa postura de atuar na formatação do Plano de Retomada da Economia, do Plano de Retomada do Turismo, dos cursos de capacitação e qualificação para implantação de normas de biossegurança (a imensa maioria deles, gratuita) e no projeto SOS Protocolos, realizado pela Fecomércio RN em parceria com o Sebrae e a CDL Natal, são algumas das provas incontestes deste nosso posicionamento.
O que nos causa preocupação é que, ao limitar, de maneira generalizada, o funcionamento do setor de bares e restaurantes, os decretos (estadual e das principais prefeituras do estado), punem, injustamente, um segmento que já vem sendo um dos mais prejudicados com toda a crise e do qual dependem dezenas de milhares de famílias.
Importante destacar, que defendemos os estabelecimentos que trabalham cumprindo todos os protocolos de biossegurança. E, podemos garantir, eles são a imensa maioria deste universo, por isso a generalização é tão injusta, a nosso ver. Ressalte-se, ainda, que não há nenhuma contaminação comprovada em bares e restaurantes que cumprem os protocolos de biossegurança.
Diante disso, estamos formatando, no âmbito da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio, um pacote de sugestões que pretendemos apresentar ao Governo do Estado e às prefeituras. Trata-se de uma tentativa de evitar que as empresas quebrem, o que não seria nada bom para ninguém. Nem para as empresas, nem para os seus colaboradores e nem, muito menos, para os entes públicos, que deixam de recolher impostos.
Entre outras coisas, pretendemos sugerir ações nas áreas fiscal, tributária, de concessão de crédito, treinamento e suporte à fiscalização dos estabelecimentos. Nosso apelo, repetimos, está centrado em amenizar o forte impacto negativo que prevemos para o setor com mais esta medida. Em paralelo, aproveitamos para reforçar a extrema importância de que os novos leitos de UTI já anunciados pela prefeitura de Natal e pelo Governo do Estado sejam efetivamente postos em funcionamento o mais breve possível, visto que tal medida irá impactar diretamente no salvamento de vidas, que é o foco maior de todos nós.

Marcelo Queiroz
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)
George Costa
Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)
Habib Chalita
Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio
Paolo Passarielo
Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio
Abdon Gosson
Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN
George Gosson
Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio
Rúbio Coelho
Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio
Francisco Câmara Júnior
Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio
Michele Pereira
Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio
José Marie Pinheiro
Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajet), membro da CET Fecomércio
Wanderson Borges
Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep)
Fonte: Portal Grande Ponto

Veículo: Ponto de Vista Online - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 24/02/21
Título: Fecomércio entende que decretos 'punem injustamente' bares e restaurantes que cumprem protocolos sanitários no RN
Impacto: Positivo
Link: http://www.pontodevistaonline.com.br/fecomercio-entende-que-decretos-punem-injustamente-bares-e-restaurantes-que-cumprem-protocolos-sanitarios-no-rn

Fecomércio entende que decretos 'punem injustamente' bares e restaurantes que cumprem protocolos sanitários no RN

Publicado por Ponto de Vista em 24 de fevereiro de 2021 Tags Categorias

Bares e restaurantes não precisar fechar depois das 22h em Natal — Foto: Jefferson Severiano Neves/EPTV

A Câmara Empresarial do Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio) emitiu uma nota nessa terça-feira (23) em que mostra preocupação com os decretos publicados pelo governo do Rio Grande do Norte e pela Prefeitura de Natal em relação ao fechamento de bares e restaurantes depois das 22h.

A motivação do poder público para a decisão é o aumento no número de casos de Covid-19 e a alta taxa de ocupação dos leitos de Covid-19 no estado, sobretudo na Grande Natal.

Na nota, a Fecomércio diz que o que "causa preocupação é que, ao limitar, de maneira generalizada, o funcionamento do setor de bares e restaurantes, os decretos (estadual e das principais prefeituras do estado), punem, injustamente, um segmento que já vem sendo um dos mais prejudicados com toda a crise e do qual dependem dezenas de milhares de famílias".

A Fecomércio diz ainda no documento que defende os estabelecimentos que "trabalham cumprindo todos os protocolos de biossegurança". "E, podemos garantir, eles são a imensa maioria deste universo, por isso a generalização é tão injusta, a nosso ver".

Segundo a Fecomércio, não há nenhuma contaminação comprovada nos bares e restaurantes que cumprem os protocolos de biossegurança.

A federação disse que, no âmbito da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio, está elaborando um pacote de sugestões que para apresentar ao governo e às prefeituras "na tentativa de evitar que as empresas quebrem, o que não seria nada bom para ninguém", diz o documento, citando inclusive o poder público, que deixa de recolher impostos.

Na nota, a Fecomércio diz que tanto a federação quanto o setor turístico "sempre foram a favor da vida" e cita que "o recrudescimento dos casos de Covid-19 é um tema grave e precisa seguir sendo encarado com toda a responsabilidade".

No pacote de sugestões, vão ser sugeridas ações nas áreas fiscal, tributária, de concessão de crédito, treinamento e suporte à fiscalização dos estabelecimentos. "Nosso apelo, repetimos, está centrado em amenizar o forte impacto negativo que prevemos para o setor com mais esta medida", diz em nota a Fecomércio.

"Em paralelo, aproveitamos para reforçar a extrema importância de que os novos leitos de UTI já anunciados pela prefeitura de Natal e pelo Governo do Estado sejam efetivamente postos em funcionamento o mais breve possível, visto que tal medida irá impactar diretamente no salvamento de vidas, que é o foco maior de todos nós".

Veja a nota na íntegra

"Antes de mais nada é importante ressaltar que o setor turístico e a Fecomércio-RN sempre foram a favor da vida. O recrudescimento dos casos de Covid-19 é um tema grave e precisa seguir sendo encarado com toda a responsabilidade. Nossa postura de atuar na formatação do Plano da Retomada da Economia, do Plano de Retomada do Turismo, dos cursos de capacitação e qualificação para implantação de normas de biossegurança (a imensa maioria delas, gratuita) e no projeto SOS Protocolos, realizado pela Fecomércio RN em parceria com o Sebrae e a CDL Natal, são algumas das provas incontestes deste nosso posicionamento.

O que nos causa preocupação é que, ao limitar, de maneira generalizada, o funcionamento do setor de bares e restaurantes, os decretos (estadual e das principais prefeituras do estado), punem, injustamente, um segmento que já vem sendo um dos mais prejudicados com toda a crise e do qual dependem dezenas de milhares de famílias.

Importante destacar, que defendemos os estabelecimentos que trabalham cumprindo todos os protocolos de biossegurança. E, podemos garantir, eles são a imensa maioria deste universo, por isso a generalização é tão injusta, a nosso ver. Reassalte-se, ainda, que não há nenhuma contaminação comprovada em bares e restaurantes que cumprem os protocolos de biossegurança.

Diante disso, estamos formatando, no âmbito da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio, um pacote de sugestões que pretendemos apresentar ao Governo do Estado e às prefeituras. Trata-se de uma tentativa de evitar que as empresas quebrem, o que não seria nada bom para ninguém. Nem para as empresas, nem para os seus colaboradores e nem, muito menos, para os entes públicos, que deixam de recolher impostos.

Entre outras coisas, pretendemos sugerir ações nas áreas fiscal, tributária, de concessão de crédito, treinamento e suporte à fiscalização dos estabelecimentos. Nosso apelo, repetimos, está centrado em amenizar o forte impacto negativo que prevemos para o setor com mais esta medida. Em paralelo, aproveitamos para reforçar a extrema importância de que os novos leitos de UTI já anunciados pela prefeitura de Natal e pelo Governo do Estado sejam efetivamente postos em funcionamento o mais breve possível, visto que tal medida irá impactar diretamente no salvamento de vidas, que é o foco maior de todos nós".

Assinam a carta

- Marcelo Queiroz, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)
- George Costa, Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)
- Habib Chalita, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio
- Paolo Passarelo, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio
- Abdon Gosson, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN
- George Gosson, Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio
- Rúbio Coelho, Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio.
- Francisco Câmara Júnior, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio
- Michelle Pereira, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio
- José Maria Pinheiro, Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajet), membro da CET Fecomércio
- Wanderson Borges, Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep)
- José Ferreira de Melo Neto, Superintendente do Sebrae RN

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Pesquisa: 35% das indústrias potiguares concretizaram os investimentos planejados **Impacto:** Positivo
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pesquisa-38-das-indaostrias-potiguares-concretizaram-os-investimentos-planejados/503594

Pesquisa: 38% das indústrias potiguares concretizaram os investimentos planejados

Publicação: 2021-02-24 18:14:00

A pandemia de covid-19 frustrou investimentos planejados pela indústria potiguar para o ano de 2020. De acordo com a pesquisa Investimentos na Indústria Potiguar 2020-2021, da Fecomércio, apenas 38% das indústrias potiguares consultadas concretizaram os investimentos planejados para 2020, ante 50% na pesquisa do ano anterior, sendo, também, o percentual mais baixo da série histórica iniciada em 2012.

Já a intenção de investimento relativa a 2021 foi manifestada por 59% das empresas, ante 68% das que planejavam investir no início de 2020, com queda 9 pontos percentuais. A reavaliação quanto ao mercado doméstico foi a principal razão atribuída para a não realização dos investimentos planejados para 2020, assinalada por 67% das empresas. No levantamento anterior, esse percentual era de 29%. O recuo está relacionado, principalmente, aos impactos da pandemia, que paralisaram os mercados de bens e serviços em todo o país.

Em contrapartida, a razão relativa à dificuldade de acesso ao crédito ou alto custo do crédito/financiamento recuou de 57% – a principal dificuldade na pesquisa anterior – para 17% na atual (última posição). Essa melhoria no acesso ao crédito tem sua explicação nas linhas de crédito emergenciais disponibilizadas pelo governo federal às empresas durante o segundo semestre de 2020, inclusive com flexibilização de acesso, como foram os casos do Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC). A queda nas taxas de juros foi outro fator que contribuiu para a melhora no acesso ao crédito em 2020.

Quanto às fontes de recursos empregados nos investimentos realizados em 2020, em média, 48% foram financiados com recursos próprios. Embora com peso ainda significativo, essa participação recuou em relação aos anos de 2018 e 2019, quando os percentuais foram de 75% e 60%, respectivamente. Em contrapartida, 52% das fontes dos financiamentos efetivados em 2020 tiveram como origem recursos de terceiros, com uma expansão de 12 pontos percentuais relativamente ao levantamento anterior (40%).

Outra mudança significativa em relação à situação do ano anterior diz respeito à participação do de bancos oficiais de desenvolvimento versus bancos comerciais privados. Ou seja, o peso dos bancos oficiais no financiamento recuou de 34% para 29%, enquanto os bancos comerciais privados aumentaram de 5% para 15%.

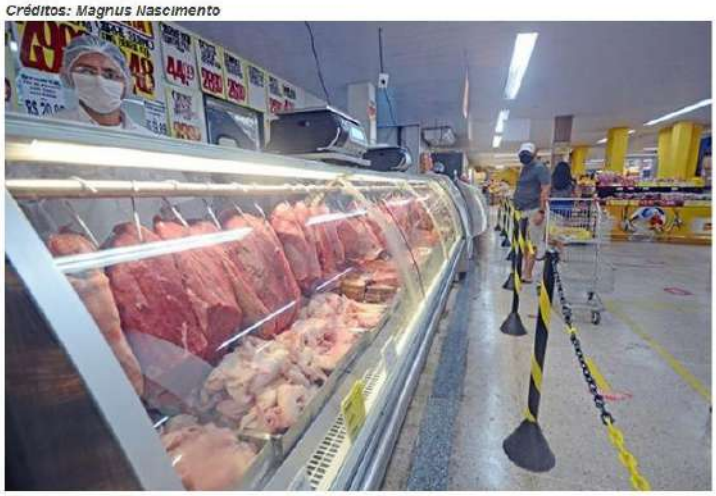
Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Faturamento da indústria de alimentos cresce 12,8% em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/faturamento-da-indaostria-de-alimentos-cresce-12-8-em-2020/503597

Faturamento da indústria de alimentos cresce 12,8% em 2020

Publicação: 2021-02-24 18:55:00

O faturamento da indústria de alimentos atingiu R$ 789,2 bilhões em 2020, somadas as exportações e as vendas para o mercado interno, resultado 12,8% superior ao registrado no ano de 2019. O montante representa cerca de 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Os dados, divulgados hoje (24), são da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA).

Créditos: Magnus Nascimento



O volume de produção cresceu 1,8% em relação a 2019

Já o volume de produção cresceu 1,8% em relação a 2019. O resultado, segundo a entidade, foi puxado pelo aumento das vendas para o varejo, de 16,2%, e das vendas para o mercado externo, de 11,4%. As categorias que mais se destacaram em vendas foram açúcares, com aumento de 58,6%, ante 2019, óleos vegetais, de 21,2%; e carnes, 13%. As maiores quedas ficaram por conta de bebidas (decréscimo de 8,3%); e derivados de trigo (1,9%).

"Atuando com agilidade e adotando com rigor todos os protocolos de segurança, o setor conseguiu aumentar sua produção e não deixou faltar comida na mesa dos brasileiros" destacou o presidente executivo da ABIA, João Dornellas.

Exportações

A indústria de alimentos aumentou, em 2020, 11,4% as exportações em comparação com o ano anterior, totalizando US$ 38,2 bilhões em vendas ao exterior. O resultado representa uma participação de 25% nas vendas totais do setor em 2020. Em 2019, essa proporção foi de 19,2%.

Segundo a ABIA, os bons resultados nas exportações podem ser explicados pela acentuada desvalorização do câmbio brasileiro e a forte demanda por importações de alimentos pela Ásia, com destaque para a China.

Empregos

De acordo com a entidade, em 2020 a indústria de alimentação criou 20 mil novas vagas diretas, aumento de 1,2% em relação a 2019. O setor permanece como o que mais gera empregos na indústria de transformação do país, com 1,68 milhão de empregos diretos.

Agência Brasil

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Com aulas remotas, lojas de material escolar de Natal acumulam prejuízos **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-aulas-remotas-lojas-de-material-escolar-de-natal-acumulam-prejua-zos/503564

Com aulas remotas, lojas de material escolar de Natal acumulam prejuízos

Publicação: 2021-02-24 11:06:00

A Rede Municipal de Ensino de Natal retomou, na quinta-feira (18), as atividades do ano letivo de 2020, interrompidas em março. O retorno ocorreu de forma virtual, através de videoconferência. A nova realidade, que tem demandado adaptações a alunos, professores e pais, está trazendo prejuízos aos donos de livrarias em Natal.

Créditos: Adriano Abreu

Aulas virtuais demandam menos material e, assim, compra de itens tem queda significativa

Boa parte das escolas privadas de Natal está com o ensino ocorrendo de maneira híbrida, com parte dos alunos frequentando as unidades de ensino de maneira presencial, e parte acompanhando o conteúdo de maneira remota. Com isso, boa parte do material escolar que era demandado em anos de ensino presencial ficou dispensável para os pais.

A universitária Andreia Lopes, de 24 anos, é mãe de João Victor Lopes, 7 anos, e conta que janeiro era sempre um mês de muitos gastos com a compra de material escolar. Agora, contudo, ela explica que teve uma economia significativa. "Todo ano, eu costumava comprar mochila, estojo, kit de lápis de cor, tesoura, caderno, folhas de ofício, tinta e outros itens. Agora, compro somente uma besteira ou outra, porque tudo é virtual", comenta Andreia.

Costumeiramente, as lojas especializadas em artigos de papelaria esperam o maior faturamento no início de cada ano letivo. Porém, hoje, os compradores estão consumindo menos. Bruna Oliveira, gerente da Iskisita Atakado, conta que os lucros na área diminuíram devido à pandemia de Covid-19.

"O carro-chefe da empresa são os materiais escolares. Nosso maior lucro vai de início de janeiro a fim de fevereiro. Com essa situação pandêmica, com tudo funcionando virtualmente, nosso faturamento caiu drasticamente", disse a gerente.

Bira Marques, proprietário da Livraria Câmara Cascudo, revela que o pessimismo já dominava o ramo. "A queda já era esperada pelo momento de isolamento social em que estamos há cerca de um ano. É nítido que existe uma necessidade menor de adquirir artigos de papelaria, já que está tudo online agora. Esperamos uma diminuição de aproximadamente 30% no faturamento", analisa.

Retorno

A Prefeitura do Natal tem 146 unidades de ensino, sendo 74 Centros Municipais de Educação Infantil e 72 Escolas de Ensino Fundamental. Há 57.945 matriculados. Desse total, 6.875 não retornaram, pois são as crianças da etapa de creche e elas não foram incluídas neste momento. Retornaram apenas pré-escola, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

Diferentemente da rede privada, a Municipal não solicita material escolar às famílias. Os livros didáticos são distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC), a Prefeitura mantém as escolas com material de expediente. Os alunos individualmente adquirem apenas cadernos e canetas.

Segundo a Secretária Municipal de Educação (SME), "compete a cada unidade de ensino elaborar, por meio de planejamento, a escolha de estratégias metodológicas que melhor respondam à sua realidade. Outro importante fator é a realização de mapeamento da situação dos alunos e suas famílias quanto a recursos tecnológicos".

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Parnamirim determina fechamento de bares às 22h em decreto com novas medidas de prevenção **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/parnamirim-determina-fechamento-de-bare s-a-s-22h-em-decreto-com-novas-medidas-de-prevena-a-o/503549

Parnamirim determina fechamento de bares às 22h em decreto com novas medidas de prevenção

Publicação: 2021.02.24 08:40:00

Após municípios como Natal, São Gonçalo do Amarante e Macaíba anunciarem medidas mais rígidas contra a Covid-19, foi a vez da Prefeitura de Parnamirim estabelecer novas regras de prevenção. De acordo com decreto publicado na edição do Diário Oficial de Parnamirim, os bares do município poderão funcionar até às 22h, a comercialização de bebidas alcoólicas entre as 22h e 6h está proibido o consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos no mesmo horário.

Créditos: Cedida

K
Hotel Week:
saiba mais
- Álvaro reduz horário de funcionamento de bares, mas mantém música ao vivo
- Macaíba publica decreto com novas medidas de prevenção à Covid
- Municípios da Grande Natal determinam fechamento de bares às 22h
- São José do Seridó tem novo decreto com medidas mais rígidas para combate da Covid-19

Nesta terça-feira (23), o prefeito Rosano Taveira, secretário de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana, Marcondes Pinheiro, procurador adjunto, Jocélio Soares e o representante da CDL, Bira Marques, estiveram reunidos antes da formatação do decreto, que acompanha o teor de outros documentos expedidos por cidades de todo o RN. O objetivo das restrições é reduzir a disseminação da pandemia na cidade. "Para que não cheguemos a medidas mais enérgicas de fechamento, precisamos agir agora. Dessa forma voltaremos à normalidade o mais breve possível", disse.

O documento também proíbe a realização de festas, shows e eventos comerciais de qualquer natureza, inclusive as realizadas em espaços comemorativos de ambientes públicos ou privados, no município. De acordo com o decreto, a fiscalização do cumprimento do decreto ficará sob a responsabilidade da Vigilância Sanitária, SEMUR, SESAD, SESDEM, SEMSUR e SEMAS. Caso seja observada a quebra das determinações, será registrado Crime de Desobediência e Crime contra a Saúde Pública, previstos, respectivamente, nos artigos 330 e 268 Código Penal, bem como poderá acarretar a aplicação de multa e interdição do estabelecimento, sem prejuízo das demais medidas administrativas.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 24/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Parnamirim determina fechamento de bares às 22h em decreto com novas medidas de prevenção
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/parnamirim-determina-fechamento-de-bares-a-s-22h-em-decreto-com-novas-medidas-de-prevena-a-o/503549

Confira a íntegra do decreto:

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 73, XII, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º. Fica estabelecido, nos termos deste Decreto, novas medidas emergenciais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), com o objetivo de reduzir a disseminação do vírus no âmbito do Município de Parnamirim/RN.
Art. 2º. Os bares, restaurantes e similares, inclusive espaços de foodpark ou foodtruck, passarão a funcionar com horário reduzido até ás 22hrs (vinte e duas horas).
§1º. Resta proibido o funcionamento dos referidos estabelecimentos entre o horário de 22hrs (vinte duas horas) até as 6hrs (seis horas) da manhã do dia seguinte.
§2º. Após o horário estabelecido no caput, fica permitido o funcionamento para fins exclusivo de entrega em domicílio (delivery), sendo vedado, em todo o caso, a comercialização de bebidas alcoólicas.
Art. 3º. As lojas de conveniência e similares estão proibidas de realizar a venda de bebidas alcoólicas, ainda que em sistema de venda de balcão para consumo fora do estabelecimento, após as 22hrs (vinte duas horas) até as 6hrs (seis horas) da manhã do dia seguinte.
Art. 4º. Resta terminantemente proibido o consumo de bebidas alcoólicas em espaços e ambientes públicos após as 22hrs (vinte duas horas) até as 6hrs (seis horas) da manhã do dia seguinte.
Art. 5º. Fica vedada a realização de festas, shows e eventos comerciais de qualquer natureza, inclusive as realizadas em espaços comemorativos de ambientes públicos ou privados, no âmbito do Município de Parnamirim/RN.
Art. 6º. Para enfrentamento do agravamento da situação de emergência de saúde pública em locais estratégicos que permitam acesso ao Município de Parnamirim/RN, deverão ser instaladas Barreiras Sanitárias, de modo a intensificar a fiscalização e o controle das medidas determinadas pelo Poder Público para enfrentamento da COVID-19.
Art. 7º. Os Protocolos Sanitários, inclusive aqueles que dizem respeito as regras de distanciamento social, disposição de álcool em gel para o público em geral, bem como utilização obrigatória de máscara de proteção facial, implementados e amplamente divulgados até o momento, assim como demais atos normativos anteriormente editados, permanecem em pleno vigor em sua integralidade, ressalvando, contudo, a eventualidade de disciplina divergente do presente Decreto.
Art. 8º. A fiscalização dos estabelecimentos aqui disciplinados ficará sob a responsabilidade dos seguintes órgãos:
- Vigilância Sanitária;
- SEMUR;
- SESAD;
- SESDEM;
- SEMSUR;
- SEMAS.
Art. 9º. O descumprimento das medidas constantes deste Decreto implicará em Crime de Desobediência e Crime contra a Saúde Pública, previstos, respectivamente, nos artigos 330 e 268 Código Penal, bem como poderá acarretar a aplicação de multa e interdição do estabelecimento, sem prejuízo das demais medidas administrativas.
Art. 10º. As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revisadas a qualquer tempo diante do crescimento da taxa de transmissibilidade com impacto na rede de atenção à saúde.
Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANO TAVEIRA DA CUNHA
Prefeito

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Presidente do Senado admite votação de auxílio emergencial sem contrapartidas **Impacto:** Neutro

E&N
ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.
Acesse tegravestesp.com.br e conheça todas as nossas iniciativas.
TEGRA INCORPORADORA

Nova rodada de socorro. Marcada para hoje, a votação da proposta do relator, que entre outras coisas extingue o piso orçamentário para saúde e educação, deve ser adiada; integrante da equipe econômica afirma que, se for desidratada, a PEC 'não para de pé'

Presidente do Senado admite votação de auxílio emergencial sem contrapartidas

estadaodigital#comunicacaogz@gmail.com

Daniel Weterman
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), admitiu a possibilidade de fatiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial e aprovar apenas a autorização para uma nova rodada do auxílio emergencial, deixando os dispositivos de contenção de gastos para depois. "Não avaliamos isso ainda, mas eventualmente pode ser uma possibilidade", afirmou Pacheco em entrevista à imprensa antes da sessão do plenário de ontem.

A votação da proposta, pautada para hoje, deve ser adiada para a próxima terça, dia 2. A equipe econômica tenta barrar a pressão pelo fatiamento. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que pode deixar de votar a proposta se os senadores aprovarem só o auxílio emergencial. A avaliação é que o restante do texto, com as medidas de ajuste, vai "morrer" no Senado.

Apesar da pressão, integrantes da equipe econômica estão confiantes de que a proposta será aprovada com os mecanismos que reforçam a política de controle de gastos na União, Estados e Municípios. Um integrante do time do ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao *Estadão/Broadcast* que, sem as medidas, a PEC "não para em pé" e terá o mesmo destino da PEC paralela da reforma da Previdência, que foi esquecida. De acordo com um integrante da equipe econômica, o governo não vai ceder nesse ponto.

Outra fonte do Ministério da Economia disse que o time segue confiante e vê convergência na posição da presidência das duas Casas e das lideranças para que não haja o fatiamento. O movimento para a divisão da PEC no Senado encorpou depois que ficou claro que na Câmara dos Deputados havia se iniciado uma articulação de bastidores para fatiar o texto da proposta, com a concessão do auxílio emergencial nessa primeira etapa e deixando as medidas fiscais para uma segunda PEC a ser votada até o fim do pagamento das parcelas do benefício.

Polêmica. A pressão no Senado ganhou corpo com a inclusão de propostas polêmicas, como a revogação do piso de saúde e educação e outras propostas que na avaliação de parlamentares demandam mais tempo para aprovação.

O relator da PEC, Márcio Bittar (MDB-AC), apresentou o parecer com uma série de medidas no mesmo texto do auxílio emergencial. Em alinhamento com a equipe econômica, ele propôs a desvinculação de gastos com saúde e educação, hoje carimbados, provocando uma reação imediata de prefeitos, governadores e líderes partidários.

Além disso, o relatório trouxe três possibilidades para acionamento de gatilhos, entre eles o congelamento de salários no funcionalismo público: quando a despesa obrigatória superar 95% do total de despesas, quando os gastos atingirem 95% da arrecadação e quando houver calamidade pública. Bittar é relator do Orçamento de 2021 e vice-líder do governo no Congresso, alinhado ao presidente Jair Bolsonaro. De acordo com senadores, o governo sabia da impossibilidade de aprovação dessas medidas antes mesmo da proposta.

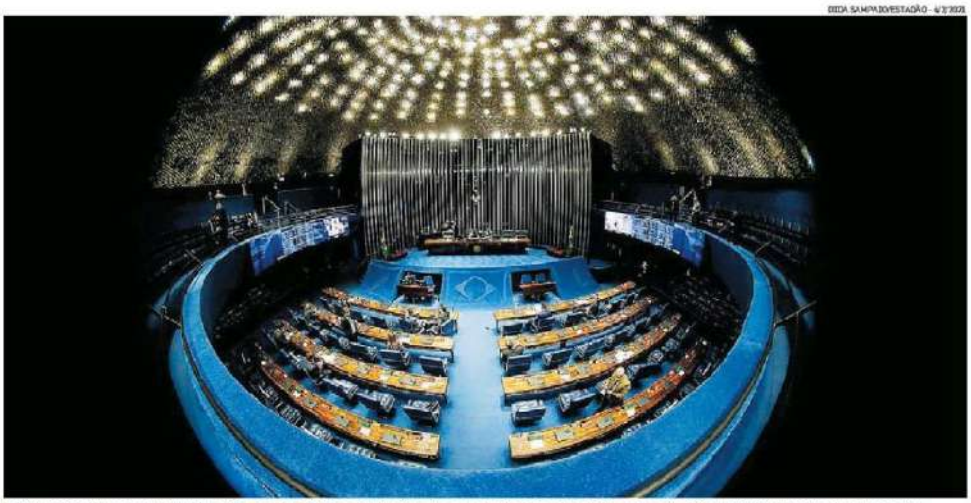
Não é apenas o fim dos pisos para gastos com saúde e educação que enfrenta resistência. A senadora Simone Tebet (MDB-MS) subiu ao plenário na sessão da última terça-feira e abriu caminho para uma articulação ainda maior. Ela defendeu aprovar apenas o dispositivo que libera o auxílio emergencial e votar o restante da medida no futuro, começando a discussão pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Já que está tão desidratada a PEC 186 (emergencial), vamos desidratar um pouquinho mais", afirmou, fazendo um apelo aos colegas.

A ideia é que o auxílio seja retomado em quatro parcelas entre R$ 250 e R$ 300 mensais (março, abril, maio e junho). Só o presidente Jair Bolsonaro, porém, pode editar a medida para liberar o recurso, o que transforma a condição em um trunfo na mão do governo.

O movimento levou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a afirmar que a PEC não será fatiada: "Vamos votar uma PEC robusta, que traduza o compromisso com a sustentabilidade da dívida e a responsabilidade fiscal. Sem fatiamento"

Pisos para saúde e educação são tema de debate
Pág. B4

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 4/2/2021



Bloqueio. Movimento pela divisão da PEC no Senado encorpou depois de a Câmara sinalizar o fatiamento da proposta

● **Desidratação**
"Já que está tão desidratada a PEC 186 (emergencial), vamos desidratar um pouquinho mais."
Simone Tebet
SENADORA (MDB-MS)

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: IPO do Banco Modal marca estreia da categoria na B3 **Impacto:** Neutro

coluna do
broadcast

E-MAIL: COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNABROADCAST

IPO do Banco Modal marca estreia da categoria na B3

O Banco Modal saiu na frente de seus concorrentes e vai abrir capital na B3. A plataforma de investimentos protocolou o pedido de oferta inicial de ações (IPO) e vai levantar recursos para dar musculatura a seu banco digital. Entre as empresas com esse modelo de negócios de ecossistema de investimento, apenas a XP é listada, mas na Bolsa norte-americana Nasdaq. O Modal se tornará uma segunda opção para se investir no segmento e na Bolsa brasileira. A Guide, que tem a Fosun como principal sócio, teria a pretensão de fazer uma oferta em três anos. Outras plataformas maiores e que têm se destacado nos negócios, como Órama e Genial, não demonstram no mercado qualquer intenção de realizar uma oferta de suas ações neste momento.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-27/8/2018

» **Proliferação.** A Easynvest foi adquirida pelo Nubank e a Necton, pelo BTG Pactual, que já tem ação na Bolsa e também uma plataforma digital. O Banco Inter, outro listado, é apontado como referência para o Modal, mas seu negócio não está alicerçado em investimentos.

» **Limão e limonada.** As corretoras e bancos menores vêm reinventando seus negócios nos últimos anos e se desdobraram em plataformas de investimentos, aproveitando o filão de negócio aberto pela XP. No IPO coordenado pelo Credit Suisse e com Bank of America e Itaú BBA no sindicato, o Modal quer ganhar peso para concorrer em um modelo de negócio de serviços bancários, no qual a XP também deve investir forte este ano.

» **Asset light.** O modelo perseguido pelo banco está baseado no investimento, o que evita o comprometimento de balanço em operações de crédito, por exemplo. O banco origina as ofertas de crédito aos clientes, as transforma em instrumento de dívida e oferece como investimento na sua plataforma. O crédito colateralizado, no qual o cliente toma recursos dando o investimento que tem na casa como garantia, também está no leque de serviços do banco e entre as vertentes de expansão do negócio. Procurado, o Banco Modal não quis comentar.

» **Sem susto.** O head do Bradesco BBI, Luis Felipe Thut, vê a possibilidade de as ofertas iniciais de ações (IPO) e follow ons (emissões secundárias) alcançarem o volume sem precedentes do ano passado já no início do segundo semestre. Essas operações somaram R$ 128 bilhões em 2020. Mesmo perante o susto com a troca no comando da Petrobras, ele está otimista: o BBI tem 70 operações sendo preparadas para chegarem à bolsa até julho.

BANCO CENTRAL-4/10/2020

» **Setor público.** Usado pelo governo para facilitar o pagamento de impostos federais, o Pix começa a avançar também em estados e municípios. Alguns, como o Estado de São Paulo, têm se preparado para incluir o Pix como alternativa para o recolhimento de tributos como o ICMS (estadual) e o IPTU (municipal), por meio de uma solução desenvolvida pelo Banco do Brasil.

» **Instantâneo.** A solução do banco permite que o contribuinte quite o tributo com um QR Code, por meio do aplicativo de qualquer instituição financeira que tenha o Pix, não apenas pelo BB. Além de São Paulo, estão em fase de integração à tecnologia Piauí e Acre. Entre os municípios, Eusébio (CE), São José dos Campos (SP), Uberlândia (MG), Linhares e Vila Velha (ES).

DENISE ANDRADE/ESTADÃO-27/8/2020

» **Recuperado.** O empresário e fundador da Tecnisa, Meyer Nigri, deixou esta semana a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), na qual esteve por 148 dias se tratando de complicações provocadas pela covid-19. Pessoas próximas contaram que ele está lúcido, porém muito debilitado fisicamente e, por isso, seguirá internado por mais algumas semanas até poder ter alta.

» **De olho.** A expectativa é que seja necessário um trabalho de reabilitação durante meses depois que ele deixar o hospital. O empresário foi inicialmente levado para o Nova Star, da Rede D'Or, e mais tarde transferido para o Albert Einstein, no qual permanece. Nos últimos dias, Nigri mandou mensagem no grupo de trabalho da incorporadora, deu opiniões sobre projetos, elogiou a planta de um empreendimento e fez brincadeiras com amigos.

» **Líder.** Meyer é uma das lideranças mais conhecidas do mercado imobiliário nacional. O empresário fundou a Tecnisa em 1977 e abriu o capital da empresa em 2007. Atualmente, mantém 24% das ações com a família e ocupa a presidência do conselho de administração. Ele também foi um dos primeiros empresários de expressão nacional a manifestar apoio ao então candidato Jair Bolsonaro, antes das eleições para a Presidência da República.

CYNTHIA DECLOEDT, ANDRÉ ÍTALO ROCHA E CIRCE BONATELLI

CELSO MING

E-MAIL: CELSOMING@ESTADAO.COM

Estratégia populista e falso liberalismo

Algumas decisões do presidente Jair Bolsonaro podem passar a impressão de que a estratégia continua sendo de política econômica liberal. Mas é grave engano.

A intervenção desastrada do presidente na Petrobrás produziu enormes estragos. A principal divergência de Bolsonaro com o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, talvez não tenha sido a questão dos preços dos combustíveis nem a política adotada, mas de falta de afinidade visceral, do tipo "não vou com tua cara, e pronto". Mesmo se fosse por aí, não seria preciso tanta truculência. A substituição do presidente da Petrobrás poderia ter sido feita com jeito. Afinal, o mandato de Castello Branco terminaria em março. Se o chefe dos acionistas majoritários quisesse trocar o comando da Petrobrás, como se viu que quis, teria bastado acionar os mecanismos ordinários previstos para isso sem a turbulência que se viu depois.

De todo modo, Bolsonaro parece ter sentido a necessidade de olhar para o outro prato da balança. Primeiramente, tratou de afagar a cabeça do ministro da Economia, Paulo Guedes, que vinha sendo ignorado. Na terça-feira, trabalhou para dar andamento no projeto de privatização da Eletrobrás – outro item da agenda liberal.

Nesta quarta-feira, além de sancionar a lei de autonomia do Banco Central, pleito que não pode ser considerado populista, o governo também encaminhou ao Congresso o projeto de privatização dos Correios.

Há alguns meses, o governo mudou sua política em relação à China. A hostilidade ostensiva aos produtos chineses, manifestada inicialmente na definição das regras da conexão 5G, foi trocada por atitude mais pragmática.

A vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, teve há alguns meses o veto do presidente por ser "vacina da China e do governador João Doria". Mas, diante da necessidade de iniciar a vacinação contra a covid-19 no País, o Ministério da Saúde acabou autorizado a comprá-la. Pesaram nessa mudança de postura os interesses do agronegócio, o setor mais dinâmico da economia brasileira.

GABRIELA BILO/ESTADÃO-5/2/2021

Bolsonaro: garantir reeleição

Mas essa aparente correção de rotas não significa reconversão a uma política econômica de equilíbrio fiscal e de apoio às reformas, onde prevalecessem a racionalidade das decisões e os princípios da livre concorrência.

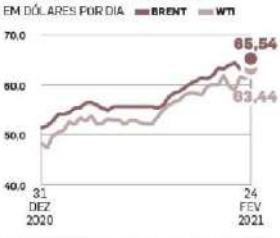
Bolsonaro deu inúmeras demonstrações de que seu objetivo é ganhar as eleições de 2022, custe o que custar. Para isso, ele precisa que a economia supere o atual marasmo e os 14 milhões de desempregados. Depois de ter feito os acordos já conhecidos com o Centrão, pretende conseguir a virada da economia com distribuição de auxílios sociais sem contrapartida de corte de despesas, com desoneração dos combustíveis também sem contrapartida fiscal, com preços artificiais da energia elétrica e com uma espécie de bolsa subsidiada aos caminhoneiros.

Ele também afirma que o dólar acima de R$ 4,50 não atende a seus objetivos. Mas não disse como conseguiria derrubá-lo dos níveis atuais. Será esse seu próximo alvo?

*
COMENTARISTA DE ECONOMIA

CONFIRA

● Preço do barril de petróleo
EM DÓLARES POR DIA — BRENT — WTI



FONTE: BROADCAST — INFOGRÁFICO/ESTADÃO

» **Disparada**
Apenas neste ano (até esta quarta-feira) os preços do petróleo tipo Brent e WTI subiram (em dólares) 27,41% e 31,67%, respectivamente. Não há nenhum indício de que a escalada pare por aí. Ao contrário, analistas do setor preveem que os preços do barril de 159 litros, que hoje oscilam em torno dos US$ 63, saltem para acima dos US$ 70. Mesmo se isso não acontecer, a nova direção da Petrobrás, que conta agora com as bênçãos do governo, terá de apontar o novo critério a ser adotado para os preços.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Projeto de venda dos Correios sai da gaveta **Impacto:** Neutro

Projeto de venda dos Correios sai da gaveta

Bolsonaro entrega pessoalmente estudo que estava no Planalto desde outubro de 2019

JOÉDSON ALVES/EFE

Liberal. Movimento de Bolsonaro é mais uma demonstração de apoio à agenda de Guedes

Amanda Pupo
Emilly Behnke
Anne Warth / BRASÍLIA

Em mais uma investida para demonstrar que a agenda liberal patrocinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, continua de pé, o presidente Jair Bolsonaro, Guedes e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, foram à Câmara para entregar pessoalmente o projeto de lei que abre caminho para a privatização dos Correios.

O texto permite que a iniciativa privada assuma operações hoje tocadas pela estatal, que tem o monopólio dos serviços postais. Prevê a transformação dos Correios em sociedade de economia mista. Hoje, a estatal é uma empresa pública. A proposta estava no Planalto desde outubro do ano passado, quando foi entregue em mãos por Faria a Bolsonaro.

A estatal está na mira do governo desde agosto de 2019, quando foi incluída na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em entrevista ao *Estadão/Broadcast* no fim do ano passado, a secretária do PPI, Martha Seillier, afirmou que em qualquer alternativa de desestatização adotada pelo governo não haverá "desatendimento" de cidades. Segundo ela, 95% da população têm acesso aos serviços dos Correios.

O governo afirma que, enquanto o texto tramita no Congresso, fará estudos para encontrar a melhor forma de privatizar a empresa: venda direta, venda do controle majoritário ou abertura no mercado de ações, por exemplo. A proposta escolhida ainda precisará do aval do Tribunal de Contas da União. A atuação da iniciativa privada nos serviços postais hoje controlados pelos Correios poderá ocorrer de diversas formas, como no formato de concessões, cadastros ou parcerias.

"O objetivo é permitir que o mercado seja explorado pela Administração Pública indireta (*tal como realizado atualmente*), mas com a possibilidade de exploração também pela iniciativa privada. Isso poderá se dar por diversas formas, tais como concessões, cadastros ou parcerias, que serão futuramente avaliadas. O modelo final a ser adotado para o setor ainda depende de estudos econômicos e setoriais", diz o texto da Secretaria-Geral da Presidência.

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, ao não decretar desde já o modelo de desestatização, o governo optou por estruturar um projeto de lei que abre um cardápio de opções para trabalhar com o futuro da empresa. Só após a conclusão dos estudos tocados paralelamente é que recomendará um modelo.

● Planos

"Com ganho de eficiência, os Correios poderão se tornar um grande vetor logístico na América Latina."
Diogo Mac Cord
SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Comitiva de Jair Bolsonaro provoca incidente

● A ida do presidente Jair Bolsonaro à Câmara na noite desta quarta-feira para entregar o projeto que permite a privatização dos Correios provocou tumulto e um acidente no Salão Verde. A comitiva presidencial forçou a passagem e quebrou uma porta de vidro, que se estilhaçou sobre policiais legislativos.

O acidente ocorreu enquanto Bolsonaro e os ministros Fábio Faria (Comunicações) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) atravessavam do Salão Verde para um corredor de acesso à sala do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Eles estavam cercados por homens do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), policiais legislativos e assessores palacianos. O Departamento de Polícia Legislativa (Depol) da Câmara teve de isolar o local. Não houve nenhum ferido.

Além deles, também chegaram à reunião no gabinete de Arthur Lira o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, entre outras autoridades do governo federal. / FELIPE FRAZÃO

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Beneficiário pode ter de devolver auxílio **Impacto:** Neutro

Beneficiário pode ter de devolver auxílio

Quem recebeu benefício e ganhou mais de R$ 22.847 terá de declarar e restituir valor

Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA

A Receita Federal informou ontem que os contribuintes que receberam o auxílio emergencial em 2020 e, além disso, tiveram rendimentos tributáveis acima de R$ 22.847,76 terão de declarar Imposto de Renda em 2021 e devolver o benefício.

Os valores do próprio auxílio emergencial não devem ser incluídos no cálculo desse limite, apesar de serem considerados "rendimentos tributáveis" pela Receita.

O prazo de apresentação da declaração do Imposto de Renda 2021, ano-base 2020, começa em 1.º de março e vai até o dia 30 de abril. As restituições começam em maio.

A Receita Federal estima que cerca de 3 milhões de brasileiros terão de devolver o auxílio emergencial porque receberam, também, rendimentos tributáveis acima do limite permitido por lei. Mais de 60 milhões de pessoas receberam o auxílio no ano passado.

"Quem recebeu o auxílio emergencial, mas não ultrapassou o limite (de R$ 22.847,76), não tem de declarar Imposto de Renda", explicou o responsável pelo Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes.

Ao preencher a declaração, o próprio sistema da Receita Federal gerará uma mensagem informando que foram identificados na declaração rendimentos que ultrapassaram os limites, tendo, assim, de ser devolvido o valor do auxílio emergencial. Será possível gerar no próprio programa uma guia para o pagamento do valor.

Para quem foi vítima de fraude e teve seu nome usado por outras pessoas para sacar o auxílio emergencial, a orientação da Receita é procurar o Ministério da Cidadania, responsável pelo pagamento do benefício.

O órgão espera receber 32.619.749 declarações de Imposto de Renda em 2021, 639.603 a mais do que no ano passado. A expectativa é que 60% dos contribuintes tenham imposto a restituir, 19% imposto a pagar e 21% nem a pagar nem a restituir. Veja no quadro ao lado quem está obrigado a apresentar a declaração.

Sem prorrogação. No ano passado, por causa da pandemia, o prazo de entrega da declaração foi ampliado em dois meses, o que não deve acontecer este ano. A partir de hoje, o programa para preenchimento do IRPF 2021 poderá ser baixado, assim como o aplicativo. Haverá ainda um novo site do Imposto de Renda.

Haverá cinco lotes de restituição pagos mensalmente, sempre nos últimos dias úteis dos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro. A restituição será paga a contribuintes que não apresentarem pendências em suas declarações.

Neste ano, outra novidade da declaração do IR é a possibilidade de declaração pré-preenchida para contribuintes com conta no site gov.br com níveis verificados e comprovados, o que significa que há um duplo fator de autenticação ou acesso por certificado digital. Até agora, essa declaração só era acessível para usuários com certificado digital.

A declaração pré-preenchida já vem com informações como valor do IR retido na fonte, atividades imobiliárias e dados de serviços médicos.

IMPOSTO DE RENDA 2021

- **Receita deve receber 32 milhões de declarações este ano**

PRAZO DE ENTREGA
De 1º de março a 30 de abril de 2021

COMO DECLARAR
Programa disponível no **site da Receita Federal** ou no aplicativo **Meu Imposto de Renda**, para Android e iOS

QUEM ESTÁ OBRIGADO A DECLARAR

- Renda tributável em 2020 superior a → **R$ 28.559,70**
- Receita bruta rural em 2020 superior a → **R$ 142.798,50**
- Renda não tributável em 2020 superior a → **R$ 40.000,00**
- Encerrou 2020 com patrimônio superior a → **R$ 300.000,00**
- Recebeu auxílio emergencial em qualquer valor e outro rendimento tributável superior a → **R$ 22.847,76**
- Teve ganho de capital com venda de bens, realizou operações na Bolsa ou pretende compensar prejuízo com atividade rural

CALENDÁRIO DE RESTITUIÇÃO

1º LOTE	2º LOTE	3º LOTE	4º LOTE	5º LOTE
31/5 2021	30/6 2021	31/7 2021	31/8 2021	30/9 2021

DEDUÇÕES

No desconto simplificado de 20%, limite é de	Limite por dependente	Limite anual com educação	Não há limite de dedução para gastos com saúde
R$ 16.754,34	**R$ 2.2745,08**	**R$ 3.561,50**	

ATRASO

Multa de **1% ao mês** sobre o valor do IR devido	Mínimo de **R$ 165,74** e máximo de **20%** do IR devido

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Petrobrás tem lucro de R$ bi no 4º trimestre **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B9

Negócios

BDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSBDO

Balanço. Com o resultado de outubro a dezembro 635% superior ao do mesmo período de 2019, petroleira registrou ganho de R$ 7,1 bi no ano; Roberto Castello Branco, que Bolsonaro quer remover do comando da estatal, vê 'desempenho excepcional em ambiente desafiador'

Petrobrás tem lucro de R$ 59,9 bi no 4º trimestre

Fernanda Nunes
Denise Luna
Vinicius Neder / RIO

Antes da crise causada pelas críticas sucessivas do presidente Jair Bolsonaro à política de preços de combustíveis, a Petrobrás registrou lucro líquido de R$ 59,9 bilhões no quarto trimestre do ano passado, salto de 635% ante igual período de 2019, resultado muito acima do esperado por analistas e o maior para um trimestre, pelo menos, desde 2008. No acumulado do ano, a empresa conseguiu um resultado positivo, mas bem menor, de R$ 7,1 bilhões.

Com os números divulgados ontem, a petroleira conseguiu reverter o prejuízo dos três primeiros trimestres do ano, apagando as perdas causadas pela pandemia de covid-19, que parou a economia e derrubou a demanda por petróleo.

Foi o último balanço financeiro da gestão de Roberto Castello Branco. Após as críticas de Bolsonaro, iniciadas na semana passada, o governo federal indicou o general da reserva Joaquim Silva e Luna – que já comandou a Itaipu – para substituir o executivo no comando da Petrobrás.

No balanço, Roberto Castello Branco classificou o resultado como excepcional para o ambiente desafiador vivido em 2020. "Entregamos nossa promessa (*de recuperação*)", afirmou. O executivo, porém, não fez referência à sua saída da companhia, que deve acontecer em 20 de março.

O nome de Silva e Luna ainda precisa passar pelo crivo do conselho de administração da estatal – no entanto, a mudança deve ser concretizada. Nos últimos dias, as ações da estatal passaram por um período de forte volatilidade na Bolsa paulista.

● **Resultado**
"Tivemos desempenho excepcional em 2020 em ambiente desafiador."
Roberto Castello Branco
PRESIDENTE DA PETROBRÁS

Economistas e ex-aliados do governo chegaram a afirmar que o movimento, resposta direta do presidente à pressão dos caminhoneiros, seria o fim da fase liberal do governo federal.

As projeções de cinco equipes de análise do mercado financeiro consultados pelo *Estadão/Broadcast* apontavam para uma média de R$ 11,4 bilhões de lucro no quarto trimestre. O resultado muito acima do esperado poderá servir para o executivo defender sua gestão, marcada pelo ajuste financeiro. Em 2020, a dívida total foi reduzida em US$ 11,6 bilhões, para US$ 75,5 bilhões. A dívida líquida somou US$ 63,2 bilhões no fim de 2020, queda de US$ 15,7 bilhões ante o fim de 2019.

Reversão de provisões. No quarto trimestre, o lucro foi puxado, principalmente, por reversões de baixas contábeis que foram feitas por causa da crise causada pela covid-19, mas puderam ser desfeitas na esteira da retomada da economia mundial.

A receita líquida cresceu 6% ante o terceiro trimestre, por causa da alta nas cotações do barril de petróleo, "aliada à maior demanda por geração termoelétrica, que levou ao aumento das vendas de energia elétrica, gás natural e óleo combustível", diz o relatório divulgado pela Petrobrás.

No entanto, as reversões de baixas contábeis pesaram mais, somando R$ 31 bilhões no quarto trimestre. Pelas normas de contabilidade seguidas pelas companhias abertas, as empresas devem, periodicamente, ajustar o valor de seus ativos, no balanço financeiro, conforme diversos parâmetros. Quando essas contas apontam para redução no valor dos ativos, é preciso cortar o lucro. Por outro lado, quando apontam alta nos valores, o lucro cresce.

A crise causada pela covid-19 levou várias companhias a registrarem baixas contábeis. As feitas pela Petrobrás nos primeiros meses da pandemia usaram entre os parâmetros projeções de que as cotações do petróleo ficariam na casa dos US$ 25 em 2020. Nessas contas, a estatal foi mais conservadora do que suas concorrentes, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Porém, a recuperação puxada pela China impulsionou a retomada nos preços do barril a partir de maio. O movimento continuou neste início de 2021 – o preço do barril usado como referência pela Petrobrás, negociado em Londres, hoje é negociado por cerca de US$ 65.

Com o conservadorismo dos cálculos, apenas no primeiro trimestre, a Petrobrás registrou baixas de US$ 13,4 bilhões, por causa de projetos que teriam deixado de ser viáveis com a queda do barril. Foi o principal motivo do prejuízo de R$ 48,5 bilhões nos três primeiros meses do ano, início da pandemia. Já no terceiro trimestre de 2020, com a recuperação das cotações do petróleo, a companhia começou a reverter as baixas, acelerando o ritmo de reversões no quarto trimestre.

SERGIO MORAES/REUTERS-9/12/2019

Tensão. Petrobrás teve forte volatilidade após Bolsonaro anunciar mudança de comando

estadaodigital#comunicacaog7@gma

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: MP da Eletrobras prevê R$ 8,7 bi em obras para redutos eleitorais **Impacto:** Neutro

mercado

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2021 A15

MP da Eletrobras prevê R$ 8,7 bi em obras para redutos eleitorais

Proposta acena ainda para consumidores, com abatimento de R$ 25 bi nas contas de luz

Julio Wiziack e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO A fim de pôr no caixa da União R$ 25 bilhões, o presidente Jair Bolsonaro concordou em liberar, desse montante, R$ 8,7 bilhões em obras hídricas em redutos eleitorais. A decisão deve garantir a capitalização da Eletrobras, emperrada no Congresso.

Definida por medida provisória entregue ao Congresso na terça-feira (23), a capitalização será um processo de venda de ações do governo na estatal. Com isso, a União tem sua participação reduzida a cerca de 45% e deixará o controle da estatal.

A proposta acena ainda para os consumidores com o abatimento das contas de luz de R$ 25 bilhões ao longo de dez anos.

Se prosperar desta vez, a venda de ações da União na Eletrobras deverá movimentar cerca de R$ 50 bilhões: metade para o caixa da União (de onde sairá o dinheiro para as obras hídricas) e metade para o abatimento do custo da energia.

Entre os gastos adicionais incluídos pelo texto, que totalizaram os R$ 8,7 bilhões, estão a obrigação de investimentos de R$ 2,3 bilhões na revitalização nas bacias das hidrelétricas de Furnas e de R$ 2,9 bilhões em medidas de redução estrutural de custo de geração de energia na Amazônia.

Esses investimentos são comparados pelo setor a um "pedágio" ou "pacote de bondades" para convencer o Congresso Nacional a aprovar a privatização.

Na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), que também tentou vender as ações da União na estatal de energia, esse pacote previa R$ 3,5 bilhões em "pedágios", particularmente na revitalização da bacia do São Francisco. Desta vez, Furnas, localizada em Minas Gerais, foi incluída.

A secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, afirmou, em entrevista à **Folha**, que esses investimentos são "extremamente necessários" diante da incapacidade da Eletrobras em destinar recursos para a "recuperação dessa bacias hidrográficas".

"No Orçamento deste ano estavam previstos somente R$ 30 milhões para essas obras", disse. "É muito pouco para um país que precisa recuperar essas bacias, especialmente a do rio Grande, que é a caixa-d'água do nosso sistema."

Segundo ela, boa parte do volume expressivo de recursos envolvidos na capitalização se deve à inclusão no projeto da renovação da concessão da hidrelétrica de Tucuruí, que venceria em 2024.

Inicialmente, o governo licitaria a usina após o vencimento do contrato. No entanto, preferiu amarrar a capitalização à renovação, o que gerou um aumento de valor da Eletrobras e, em consequência, das ações que serão oferecidas ao mercado.

Ainda segundo a secretária, esse aumento de recurso é que vai lastrear os investimentos na revitalização de bacias e no reforço à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que será o veículo usado para o abatimento nas tarifas.

No sábado (19), Bolsonaro havia prometido "meter o dedo" no setor elétrico, após intervir na Petrobras.

Instalada no Pará, com potência de 8.370 MW (megawatts), Tucuruí é a segunda maior hidrelétrica 100% brasileira, atrás apenas de Belo Monte, no mesmo estado.

A usina é das principais fontes de receita da Eletrobras. Caso a MP seja convertida em lei pelo Congresso, a estatal terá mais 30 anos de concessão da hidrelétrica.

A medida provisória também cria uma ação preferencial, conhecida como "golden share", que dá poder de veto à União em votações referentes a questões acionárias, como a fatia máxima para minoritários ou a realização de acordos de acionistas.

O governo quer limitar a 10% a fatia máxima de um acionista minoritário e proibir acordos de acionistas com o objetivo de evitar que a empresa passe a ter controle privado. Os dois temas devem ser objeto de atualização do estatuto da Eletrobras.

O modelo de pulverização das ações da Eletrobras é semelhante aos projetos anteriores. Parte do dinheiro arrecadado na venda das ações será usada pela estatal para ressarcir o governo por uma mudança nas condições contratuais das usinas da Eletrobras.

Para especialistas, a edição da MP pode acelerar a privatização, já que permite que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) inicie os estudos para a oferta de ações.

"É um primeiro movimento e há muito a fazer até a real privatização da companhia", diz o presidente da consultoria PSR, Luiz Augusto Barroso, que já comandou também a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), estatal responsável pelo planejamento do setor.

Ele ressalta que o tema demanda uma "construção complexa" no Congresso, sob o risco de concessões a atores políticos que podem acabam afetando a atratividade do negócio.

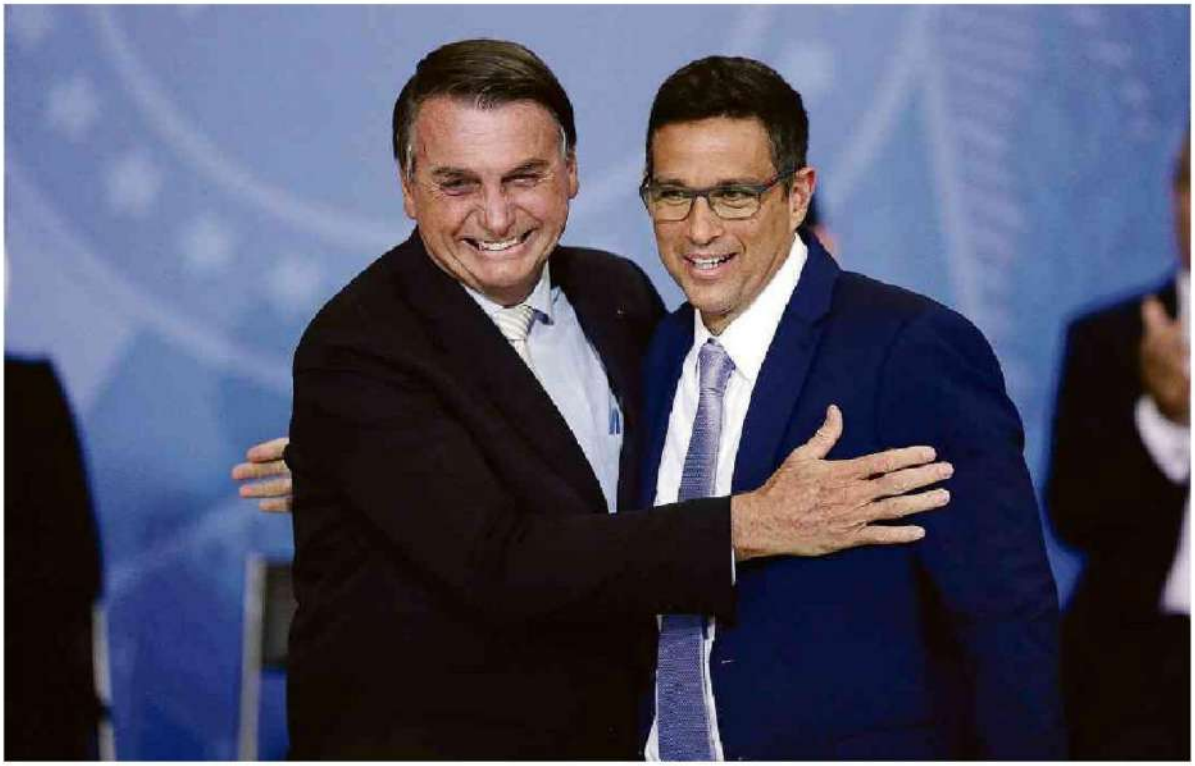
Para o consumidor, diz, os efeitos ainda dependem de uma série de fatores. A princípio, a mudança do regime contratual reduz a transferência do risco hidrológico para as tarifas, fator que pressiona as contas de luz durante seca.

"Quando somadas às demais estratégias de redução tarifária em andamento, como a devolução do PIS/Cofins arrecadado em excesso e a renegociação das condições comerciais da energia de Itaipu, podem significar uma redução tarifária maior", afirma.

Para Roberto D'Araújo, do Instituto Ilumina, por outro lado, o modelo pode representar aumento na tarifa, já que o valor da energia no mercado é bem superior aos R$ 40 por MWh (megawatt-hora) pagos no sistema de cotas vigente em boa parte das usinas da Eletrobras.

Ele diz ainda que a transferência de ativos prontos ao setor privado deveria exigir em contrapartida investimentos, para reduzir o risco de crise de abastecimento com o apagão de 2001, ocorrido após privatizações. "São Pedro foi acusado, mas quem conhece os números sabe que ele é inocente."

Leia mais sobre desestatização na pág. A21



BOLSONARO SANCIONA COM VETOS AUTONOMIA DO BC E NEGA QUE PROJETO SEJA RESPOSTA A 'CASO PETROBRAS'
Presidente abraça Roberto Campos Neto; um dos vetos é para trecho que proibia que presidente e diretores exercessem outro cargo Raul Spinassé/Folhapress

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo quer votar PEC mesmo sem fim de piso de saúde e educação **Impacto:** Neutro

Governo quer votar PEC mesmo sem fim de piso de saúde e educação

Thiago Resende e Renato Machado

BRASÍLIA Diante da pressão de líderes do Senado para que uma nova rodada do auxílio emergencial seja autorizada para março, o governo quer votar a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial mesmo com o risco de perder a disputa sobre o fim do gasto mínimo para saúde e educação, defendido pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

A PEC dá as bases para que um novo auxílio entre no Orçamento de 2021 e, como quer Guedes, cria um mecanismo para controle do aumento de despesas em momentos de crise nas contas públicas, os chamados gatilhos, além de extinguir o piso para valores a serem aplicados em saúde e educação pela União, estados e municípios.

O foco das críticas no Senado à PEC é o trecho que deixa o orçamento para saúde e educação livre —sem um patamar mínimo.

Na noite desta quarta (24), o relator da PEC Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB- AC), apresentou uma nova versão do texto, mantendo os pontos mais polêmicos.

Entre os ajustes feitos, Bittar retirou o trecho que autorizava o governo a obter recursos do auxílio emergencial sem precisar cumprir a regra de ouro —norma que impede o uso de títulos público para bancar despesas correntes.

Essa ideia desagradou a senadores da oposição, independentes e da base do governo na Casa. Governadores do Nordeste e a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) também se posicionaram nesta quarta-feira (24) contra a proposta.

O MPF (Ministério Público Federal) também encaminhou uma nota pública ao Senado e à Câmara dos Deputados contrária ao texto da PEC Emergencial. O texto afirma que a proposta representa um "retrocesso" na política educacional do país e tem como consequência "danosa o esvaziamento de todas as conquistas históricas" nessa área.

Mesmo com o risco de o Senado desidratar a PEC, ao preservar o piso constitucional para saúde e educação, líderes do governo querem colocar o projeto em votação.

Isso representaria uma derrota política ao ministro da Economia. A retirada desse item da PEC Emergencial reduziria ainda mais o pacote de medidas considerado fundamental por Guedes, que tem sido a aposta dele para seguir no governo após derrotas na sua agenda liberal.

Inicialmente, estava previsto na PEC, por exemplo, o corte de jornada e de salários de servidores públicos em período de crise fiscal, mas, diante da resistência no Congresso Nacional, Guedes cedeu e já deixou esse ponto fora da versão mais recente da proposta. Atualmente, o texto é mais suave, prevendo, por exemplo, barreiras a concursos e aumento salarial.

Sem acordo com o governo sobre o futuro do piso para saúde e educação, líderes do Senado começaram a discutir a possibilidade de fatiamento da PEC, ou seja, aprovar somente o trecho que abre caminho para o auxílio emergencial, e analisar os outros itens posteriormente.

A estratégia do governo, então, passou a ser de preservar o pacote de Guedes, mesmo que parcialmente. O Ministério da Economia tenta desde 2019 aprovar os gatilhos — medidas temporárias a serem acionadas para evitar um descumprimento da regra do teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), admitiu nesta quarta que há a possibilidade de a PEC ser fatiada, dando prioridade apenas ao dispositivo para autorizar a nova rodada do auxílio emergencial. "Eventualmente pode ser uma oportunidade."

Pacheco voltou a afirmar que a votação está mantida para esta quinta (25), mas que a questão ainda seria debatida no plenário. Ele se encontrou com senadores petistas e membros da sociedade civil.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou numa rede social que a PEC não será dividida. "Vamos votar uma PEC robusta, que traduza o compromisso com a sustentabilidade da dívida e a responsabilidade fiscal. Sem fatiamento".

Se o Senado for barrar a votação nesta quinta, o governo trabalha com a possibilidade de retirar a questão da desvinculação dos gastos com saúde e educação, para evitar atrasar a análise do restante da PEC Emergencial.

Governadores do Nordeste refutam extinção de patamar

BRASÍLIA Os governadores do Nordeste divulgaram uma carta nesta quarta (24) contra a extinção do gasto mínimo para saúde e educação, proposta defendida pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O documento foi assinado pelos governadores dos nove estados da região, que são de partidos de oposição, independentes ou mesmo aliados do presidente Jair Bolsonaro.

O argumento da equipe econômica é que, sem a vinculação dos recursos para saúde e educação, a União, estados e municípios ficaram com Orçamento mais livre para decidirem onde aplicar o dinheiro. A ideia, contudo, não agradou aos governadores do Nordeste.

No Senado, a representação de cada estado da Federação é a mesma: três votos. A posição contrária de nove estados torna ainda mais difícil a aprovação do dispositivo que acaba com o piso para saúde e educação.

"A vinculação constitucional fundamenta a garantia do direito à educação e à saúde", afirma a carta.

Para os estados da região, a prioridade deveria ser a vacinação em massa, o fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde) e a viabilização do auxílio emergencial.

Leia mais sobre a PEC Emergencial na pág. A16

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Piso para educação e saúde não é ideal, mas muito pior não tê-lo, diz economista **Impacto:** Neutro

Piso para educação e saúde não é ideal, mas muito pior é não tê-lo, diz economista

Para Naercio Menezes Filho, do Insper, acabar com gasto mínimo pode gerar guerra entre municípios que levaria ao fim do Fundeb

ENTREVISTA
NAERCIO MENEZES FILHO

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A proposta de acabar com os gastos mínimos obrigatórios com saúde e educação no Brasil é uma ameaça a essas duas áreas, principalmente após a pandemia gerar a necessidade de aumentar essas despesas nos próximos anos.

Essa é a avaliação do economista Naercio Menezes Filho, pesquisador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper e integrante do Núcleo Ciência pela Infância da instituição. Para ele, as mudanças também podem gerar uma guerra entre municípios que levaria ao fim do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). O fundo é composto por recursos da União e também de estados e municípios.

O fim dos pisos faz parte do relatório da PEC (proposta de Emenda à Constituição) Emergencial.

*

Como o senhor avalia o fim dos pisos constitucionais para saúde e educação? Acho muito importante, principalmente neste momento, ter o piso. Com a pandemia, os gastos com educação e saúde vão ter de aumentar.

No caso dos municípios, se não tiver uma porcentagem vinculada às receitas, é capaz de não usarem os recursos, desviarem para outros itens que não são prioritários, dependendo da composição política da Câmara de Vereadores, da pressão das parcelas mais ricas da população. Isto aconteceu no passado: em vez de priorizar educação e saúde, priorizar outras obras que beneficiam outras parcelas da população.

Alguns gestores afirmam que esse gasto mínimo não conseguiu resolver os problemas da educação e saúde públicas no país. O sr. concorda com esse argumento? Seria muito pior se não tivesse o piso. Não é o ideal, porque realmente engessa. Não é o mundo perfeito. Mas, se não tivesse isso, correria o risco de voltar para o passado. Quanto o município vai gastar? Quem vai cobrar? A população tem consciência do que está em jogo para os seus próprios filhos?

Alguns prefeitos reclamam que a vinculação obriga muitas vezes municípios que têm uma população mais velha a gastar mais que o necessário com educação, deixando a saúde sem recursos. Idealmente, se a gente vivesse na Finlândia, você votaria no presidente, governadores e prefeitos e aí o Congresso, as Assembleias e as Câmaras decidiriam a alocação dos recursos.

Mas no Brasil grande parte da população não tem participação política, tem educação baixa, as desigualdades são muito grandes, tem municípios dominados por uma elite. O que você fez foi fixar o piso para poder garantir o mínimo em todos os municípios.

Tem muita coisa para ser feita com esse mínimo. Toda saúde, atenção básica, estratégia de saúde das famílias, UBSs, melhorar qualidade e aumentar as horas na educação.

> **No caso dos municípios, se não tiver uma porcentagem vinculada às receitas, é capaz de não usarem os recursos, desviarem para outros itens que não são prioritários, dependendo da composição política da Câmara de Vereadores, da pressão das parcelas mais ricas da população**
>
> **Naercio Menezes Filho**
> pesquisador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper e integrante do Núcleo Ciência pela Infância da instituição

Além disso, o Fundeb precisa de um percentual de recursos que sejam destinados para o Fundo e depois redistribuídos. Como vai montar o Fundeb se cada município decidir com quanto vai querer contribuir? Fica inviável.

Já houve proposta de unificar os pisos de saúde e educação para que o prefeito pudesse escolher como fazer essa divisão de verbas. Essa seria uma solução ou a regra atual é melhor? Juntar educação e saúde é uma boa ideia para dar flexibilidade, porque ambas são importantes. Ainda assim, ficaria essa questão do Fundeb para ser resolvida. Se eu quiser dar todo o dinheiro para saúde, não vou gastar nada com educação, como é que vai fechar as contas do Fundeb?

Tem municípios que são ricos e têm poucos alunos. Esses dão mais dinheiro do que recebem do Fundeb. Então o que eles vão fazer? Vão diminuir os gastos com educação para reduzir o que eles têm de dar para o Fundeb. Na hora em que todos começarem a fazer isso, isso vai virar uma guerra entre os municípios. Então a melhor coisa é manter como está.

Politicamente é uma proposta que pode ser aprovada em tão pouco tempo no Congresso? Tem um lobby da educação e da saúde muito forte no Congresso. Fora professores e trabalhadores de saúde, que estão entre as maiores ocupações no país. Acho muito difícil passar.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Projeto quebra monopólio dos Correios **Impacto:** Neutro

Projeto quebra o monopólio dos Correios

Novo aceno de Bolsonaro ao mercado após Eletrobras, proposta também abre empresa para capital privado

Bernardo Caram, Ricardo Della Coletta e Thiago Resende

BRASÍLIA Em mais um aceno ao mercado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) entregou ao Congresso nesta quarta (24) um projeto de lei que quebra o monopólio dos Correios e abre a empresa pública para o capital privado.

O texto permite que serviços postais, inclusive os prestados hoje pelos Correios em regime de monopólio, sejam explorados pela iniciativa privada. O objetivo é eliminar a restrição de entrada de empresas no setor, ampliando a competição. Hoje, os Correios têm o monopólio do envio de cartas, telegramas e outras mensagens.

A medida ainda estabelece que os Correios serão transformados em sociedade de economia mista (pública e privada). Hoje, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é 100% pública.

"Na prática, o projeto de lei possibilita a desestatização dos Correios", informou o Ministério das Comunicações.

De acordo com a pasta, em paralelo à tramitação do projeto, o governo vai estudar o melhor modelo de desestatização, que pode ser por venda direta, venda do controle majoritário ou de parte da empresa.

Segundo o Planalto, a exigência constitucional de manutenção dos serviços postais pela União será respeitada. Para isso, será criado também o Serviço Postal Universal, com prestação garantida pelo governo federal em todo o país e com modicidade de preços.

A Secretaria-Geral da Presidência afirma que o projeto, por si só, não significa uma decisão pela extinção dos Correios ou desestatização dos serviços postais. A pasta afirma que o objetivo é abrir o setor à iniciativa privada, com concessões ou parcerias.

Pelo texto, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) passará a se chamar Agência Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais, ficando responsável por regular e também fiscalizar o mercado.

Assim como na terça (23), quando entregou a MP sobre a capitalização da Eletrobras, o presidente foi pessoalmente ao Congresso.

Participaram do ato os ministros Paulo Guedes (Economia), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Fábio Faria (Comunicações), além do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). No tumulto provocado pela a chegada das autoridades, uma porta de vidro próxima ao gabinete de Lira foi quebrada.

No gabinete do presidente da Câmara, Faria disse que o projeto dá "viabilidade à desestatização dos Correios".

A possibilidade de venda dos Correios está em debate no governo desde 2019. Na equipe econômica, são usados argumentos como problemas de eficiência e casos de corrupção que atingiram a companhia no passado.

Em declarações no fim do ano passado, Faria afirmou que a proposta foi elaborada para permitir a venda da estatal e estabelecer a organização e a manutenção do sistema nacional de serviços postais.

Diante de forte turbulência provocada pelo presidente no mercado nos últimos dias, o Palácio do Planalto vem tentando dar sinais de que segue priorizando a agenda liberal comandada por Guedes.

Para os Correios, o governo escolheu o formato de projeto de lei, que não passa a valer imediatamente. O texto só entrará em vigor após aprovação na Câmara e no Senado e a sanção do presidente.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: 'Entregamos nossas promessas', afirma presidente da Petrobras ao divulgar lucro **Impacto:** Neutro

'Entregamos nossas promessas', afirma presidente da Petrobras ao divulgar lucro

Empresa supera previsões, reverte prejuízo e tem ganho de R$ 59,9 bilhões no quarto trimestre

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras reverteu no quarto trimestre de 2020 os prejuízos recordes provocados pela pandemia e fechou o ano com lucro de R$ 7,1 bilhões. O resultado foi provocado pela reversão de perdas contábeis no valor de ativos e por ganhos cambiais, que levaram o lucro do quarto trimestre a R$ 59,9 bilhões.

O balanço foi divulgado nesta quarta (24), em meio à crise provocada pela nomeação do general Joaquim Silva e Luna para substituir, no comando da empresa, o economista Roberto Castello Branco, primeiro presidente da estatal sob o governo Jair Bolsonaro.

"Em meio à severa recessão global e aos efeitos de um grande choque na indústria de petróleo, nós prometemos estruturar uma recuperação em 'J'. A meta era sair da crise melhor que antes", afirmou Castello Branco. "Nós entregamos nossas promessas."

O lucro ficou 82,3% abaixo do recorde de R$ 40,1 bilhões registrado em 2019, primeiro ano de Castello Branco à frente da companhia. Mas ficou bem acima das estimativas do mercado, que previam que o ganho do quarto trimestre fosse de R$ 9,9 bilhões, o que representaria um prejuízo anual de R$ 43 bilhões.

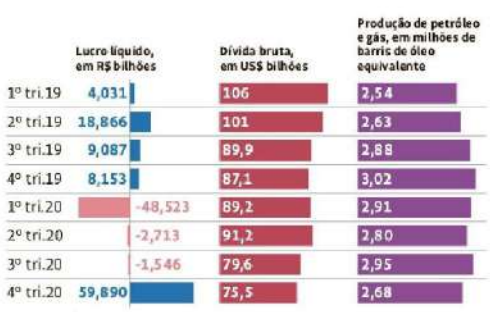
No segundo trimestre de 2020, logo após o início da pandemia, a empresa anunciou uma série de revisões no valor de seus ativos, para adequar a expectativa de receita ao novo cenário de preços do petróleo, que levaram a prejuízo de R$ 48,5 bilhões.

Em três trimestres seguidos de prejuízo no ano passado, a companhia acumulou perdas de R$ 52,8 bilhões. No quarto trimestre, diz a estatal, o lucro foi obtido com reversões de perdas contábeis em ativos no valor de R$ 31 bilhões, de gastos passados do plano de saúde de seus empregados em R$ 13,1 bilhões e com ganhos cambiais de R$ 20 bilhões.

No resultado anual, a redução no lucro é explicada pela queda de 35% do preço do barril do petróleo Brent em dólares, pela revisão no valor de ativos, por menores ganhos com desinvestimentos e pela desvalorização de 31% do real em relação ao dólar.

No texto que acompanha o balanço, Castello Branco comemora como "outra grande conquista" a trajetória de queda do endividamento da empresa, uma das principais metas não só de sua gestão, mas de todas as que assumiram a empresa após a crise provocada pela descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

A Petrobras sob Bolsonaro



Fonte: Petrobras

"A forte geração de caixa nos permitiu continuar a desalavancar nosso balanço", afirmou. A dívida bruta, usada como parâmetro pela gestão atual, caiu 5,1% em relação ao trimestre anterior, para US$ 75,5 bilhões. Em reais, a queda foi de 13,8% no período, para R$ 280 bilhões.

Com o desempenho, a empresa propõe distribuição de R$ 10,3 bilhões em dividendos aos acionistas. Segundo Castello Branco, "valor ainda relativamente modesto, mas mais que o dobro do mandatório para o ano contábil de 2020".

"O retorno total para o acionista Petrobras tem sido muito fraco ao longo dos últimos anos", afirmou o executivo, repetindo discurso que tem feito desde o início de sua gestão e que ajudou a lhe garantir apoio de investidores e do conselho de administração.

O apoio foi demonstrado em reunião do conselho na terça (23), quando o colegiado aprovou a convocação de assembleia de acionistas para votar a nomeação de Silva e Luna para o comando da companhia.

Dos 11 membros do colegiado, 3 votaram contra a convocação. Do restante, apenas 6 votaram a favor. Castello Branco não votou, e o conselheiro Nívio Ziviani não participou da reunião por razões de saúde. Os conselheiros avaliam ainda a possibilidade de questionar Bolsonaro por críticas feitas à gestão da estatal.

Em nota distribuída após a reunião, o colegiado deu um recado contra tentativas de interferência do governo: afirmou que continuará a zelar com rigor pelos padrões de governança da Petrobras, "inclusive no que diz respeito às políticas de preços de produtos da companhia", principal crítica de Bolsonaro.

"Em linhas muito gerais, o resultado foi bom, bateu nossas expectativas", disse após a divulgação o analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos. "A companhia se mostrou resiliente mesmo num período em que sua principal atividade foi afetada por paradas."

Não há menção à política de preços dos combustíveis no balanço. O texto, porém, reforça um dos argumentos usados por Castello Branco para justificar o alinhamento às cotações internacionais: com mais lucro, a Petrobras garante retorno tanto sob a forma de dividendos — a União é a principal acionista — quanto com o pagamento de impostos.

"A Petrobras é a maior pagadora de tributos do país. Diante dos preços baixos do petróleo e da contração da demanda, pagamos R$ 129 bilhões ao governo em 2020, totalizando R$ 375 bilhões em dois anos", escreveu o executivo.

A companhia afirma, porém, que conseguiu praticar melhores margens na venda de derivados de petróleo no quarto trimestre. A cesta de derivados vendidos pela empresa custou, em média, R$ 269,1 por barril, 4,3% mais que no trimestre anterior, mas 12,8% mais barata do que no terceiro trimestre de 2019, ainda antes da pandemia.

No ano, a receita da Petrobras caiu 10%, em comparação com 2019, para R$ 272 bilhões, reflexo dos menores preços do petróleo e da queda na venda de combustíveis.

O Ebitda, indicador que mede a capacidade de geração de caixa de uma companhia, subiu 10,6%, para R$ 143 bilhões.

Apesar da pandemia, a empresa conseguiu manter clientes para o petróleo do pré-sal e de combustível de navegação mesmo nos momentos mais duros da crise e fechou o ano com a produção média recorde de 2,84 milhões de barris de óleo e gás por dia.

A forma atabalhoada com que Bolsonaro anunciou a mudança e as críticas à gestão da empresa e sua política de preços derrubaram o valor de mercado da companhia em R$ 102,5 bilhões em apenas dois dias.

Os efeitos se espalharam por outros indicadores da economia, em um sinal de que a intervenção foi um duro golpe na confiança do investidor estrangeiro e provocou novas dúvidas sobre o tamanho do poder que o ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda exerce sobre a política econômica do Brasil.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Sob efeito da alta dos combustíveis, prévia da inflação do mês fica em 0,48% **Impacto:** Neutro

Sob efeito da alta dos combustíveis, prévia da inflação do mês fica em 0,48%

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), também conhecido como prévia da inflação, registrou alta de 0,48% em fevereiro, informou nesta quarta-feira (24) o IBGE.

O índice acumula alta de 1,26% no ano. Em 12 meses, está em 4,57%. Em fevereiro de 2020, avançara 0,22%.

O resultado ficou abaixo do que projetavam economistas ouvidos pela Bloomberg, que esperavam uma variação de 0,5% no mês. Para o ano, a expectativa era de alta de 4,59%.

O índice foi influenciado principalmente pela alta da gasolina, que exerceu impacto de 0,17 ponto percentual, após subida de 3,52% nos preços. Também tiveram alta o diesel (2,89%), o etanol (2,36%) e o gás veicular (0,61%).

A inflação dos combustíveis tem preocupado o governo. Segundo interlocutores do Planalto, a intervenção do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras foi motivada também pela insatisfação do mandatário com os reajustes de preços adotados pela estatal.

Desde janeiro, o preço da gasolina vendida pela Petrobras acumula alta de 34,7%. O diesel subiu 27,7% no mesmo período.

O governo vem estudando formas de segurar a subida. Bolsonaro anunciou, por exemplo que vai zerar os tributos federais incidentes sobre o óleo diesel durante dois meses, a partir de 1º de março. O presidente ainda assinou um decreto que obriga os postos a informar a composição do valor cobrado por combustíveis na bomba.

O Planalto estuda também a criação de um voucher para caminhoneiros, com o objetivo de restituir os tributos federais quando o preço do diesel aumentar.

Depois dos combustíveis, o segundo maior impacto no IPCA-15 veio da educação (0,15 ponto percentual no resultado do mês). O grupo registrou alta de 2,39% nos preços, reflexo dos reajustes anuais nas mensalidades escolares aplicados no início do ano letivo.

Também influenciou a alta o fim de descontos nas mensalidades aplicados em 2020 pelas instituições de ensino em meio à pandemia de Covid-19. A maior alta foi observada em Fortaleza (CE), de 8,86%.

Por outro lado, exerceu pressão negativa a redução nas tarifas de energia elétrica, de 4,24%, decorrente da mudança da bandeira tarifária vermelha, em dezembro, para amarela, em janeiro e fevereiro.

A queda fez Goiânia ser a única localidade a apresentar deflação (-0,03%) na prévia de fevereiro, após retração de 4,88% nos preços da energia.

O grupo alimentação e bebidas, vilão da inflação em 2020, manteve a tendência de desaceleração. Entre janeiro e fevereiro, a inflação no segmento passou de 1,53% para 0,56%.

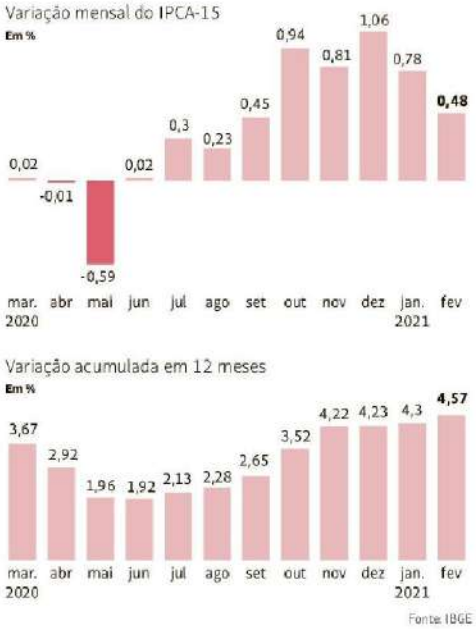
Entre as principais quedas de preço no grupo estão a batata-inglesa (-5,44%), o leite longa vida (-1,79%), o óleo de soja (-1,73%) e o arroz (-0,96%).

O centro da meta de inflação para 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

O mercado, no entanto, já projeta que o índice encerre o ano acima do centro da meta. Segundo o Boletim Focus, pesquisa feita pelo Banco Central com economistas, o IPCA deve avançar 3,82%.

Para este ano a pesquisa mostra forte aumento dos preços administrados, de 5,10%, ante alta de 4,60% calculada anteriormente. Para 2022, a expectativa de alta dos preços foi reduzida a 3,86%, ante 3,94%.

Prévia da inflação fica em 0,48% em fevereiro



Fonte: IBGE

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Brasil supera marca de 250 mil mortes por Covid-19 **Impacto:** Neutro

Brasil supera marca de 250 mil mortos por Covid-19

Especialistas avaliam que país vive pior momento desde o início da pandemia; estados preparam 'toque de recolher'

+2 RENATO GRANDELLE
renato.grandelle@oglobo.com.br Colaboraram Ana Letícia Leão, Constança Tatsch, Dimitrius Dantas e Evelin Azevedo

Enterros em Manaus. Cidade é uma das mais assoladas pelo novo coronavírus no país, que chega aos 250 mil mortos em meio à disseminação de novas cepas

Um dia antes de o primeiro diagnóstico de Covid-19 no Brasil completar um ano, o país ultrapassou o patamar de 250 mil mortos pela doença. Foram registradas, em 24 horas, 1.129 vidas perdidas.

O país notificou ontem a maior média móvel de óbitos por Covid-19 desde o começo da pandemia: 1.129. Esse índice é superior a mil há 34 dias, desde 21 de janeiro. No ano passado, o maior período com média móvel superior a esse valor durou 31 dias, entre 3 de julho e 2 de agosto.

Também foram notificados 65.387 novos casos de Covid-19, elevando para 10.326.008 o total desde o início da pandemia. Os dados são do boletim do consórcio de imprensa, uma iniciativa formada por O GLOBO, Extra, G1, Folha de S.Paulo, UOL e O Estado de S. Paulo. Os veículos reúnem informações das secretarias estaduais de Saúde divulgadas diariamente até as 20h.

O novo boletim epidemiológico da Fiocruz, que será divulgado hoje, sublinha que não há tendência de queda de óbitos ou casos em nenhum estado brasileiro.

Coautor do levantamento, Christovam Barcellos acredita que a nova variante do coronavírus, que provocou um impacto avassalador sobre o sistema de saúde do Amazonas, pode chegar nas próximas semanas ao Centro-Sul do país.

— Em todos os países há uma curva tradicional, uma subida rápida e descida um pouco mais lenta, na incidência de Covid-19. Não é o nosso caso: chegamos à segunda onda sem haver uma queda acentuada da primeira. Uma bolha da população ainda se protege, evita sair de casa, mas um grupo se expõe de maneira exagerada, o que mantém a circulação do vírus — destaca. — A variante do coronavírus vai se espalhar aproveitando-se de sua alta transmissibilidade, do fato de que ainda não é detectada em testes e do tráfego aéreo do Norte para o resto do país.

Segundo o epidemiologista Paulo Lotufo, a disseminação da Covid-19 tornou-se "descontrolada" no segundo semestre do ano passado. À época, os governos estaduais, que assumiram a responsabilidade por medidas de combate à pandemia, cederam à pressão provocada pelos candidatos nas eleições municipais, que julgaram que restrições como o isolamento social eram impopulares e ainda poderiam custar votos.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Brasil supera marca de 250 mil mortes por Covid-19

EXPANSÃO EM TODO O PAÍS

O número de infecções e óbitos também aumentou no início de janeiro, um resultado da desobediência da população às recomendações de distanciamento durante as festas de Natal e Ano Novo.

— Ao contrário do ano passado, quando o crescimento dos casos e mortes ocorria em tempos diferentes, hoje a pandemia avança da mesma forma em todas as regiões — alerta Lotufo, que também é professor da

Faculdade de Medicina da USP. — As novas cepas não têm relação com esse aumento, porque elas só têm um papel determinante onde o sistema de saúde já é caótico, como no Amazonas.

Lotufo atribui a marca de 250 mil a uma "conjunção de irresponsabilidades". Governantes falharam ao aparecer em público sem máscaras, um grupo de médicos defendeu tratamentos sem eficácia, baseado em remédios como a cloroquina e a ivermectina e alguns pesquisadores iludiram a população sustentando a tese da imunidade de rebanho.

De norte a sul do país, cidades e estados estão adotando novas medidas de lockdown para frear o crescimento de casos da Covid-19 e evitar novos colapsos no sistema de saúde. Toques de recolher e restrições de circulação em alguns horários, fechamento do comércio de atividades não essenciais e proibição de acesso a parques e praias são algumas das medidas que já são adotadas ou estão previstas em estados como São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Sul.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou ontem que o estado aumentará a fiscalização sobre a circulação de pessoas entre 23h e 5h a partir de sexta-feira. Doria negou o termo "lockdown", mas disse que os paulistas estão em "toque de restrição".

O Rio Grande do Sul também suspendeu atividades em locais públicos às noites e durante a madrugada. Onze regiões estão na bandeira preta, classificação local de risco altíssimo de contágio. A rede pública registra taxa recorde de ocupação de leitos de UTI: 96% em Porto Alegre e 87% no resto do estado.

Barcellos, porém, avalia que o lockdown instituído por autoridades brasileiras é "frouxo" e "sem fiscalização".

—Deveria haver a restrição de algumas atividades econômicas durante o dia — recomenda. —Também é essencial limitar a circulação de pessoas entre cidades, para evitar o aumento do contágio no interior. Esta medida foi tomada com sucesso em países europeus. E, também, precisamos investir no rastreamento de pessoas que tiveram resultado positivo em teste para Covid-19. É necessário saber com quem elas interagiram.

O sanitarista ressalta que a vacina não deve ser encarada como uma "solução mágica" no tratamento para a Covid-19, já que, considerando sua disponibilidade e a velocidade com que tem sido aplicada, isso só ocorrerá em 2022.

Modo Répl... Salvar Mais
Gostei Não gostei

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 1/2
Título: Petrobras volta a lucrar e fecha 2020 no azul **Impacto:** Neutro

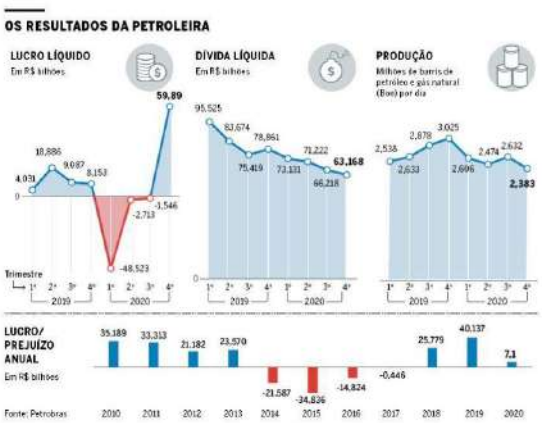
Continuou de 1

Petrobras volta a lucrar e fecha 2020 no azul

Estatal tem lucro recorde de R$ 59,9 bi no quarto tri, o último da gestão de Castello Branco

BRUNO ROSA, JOÃO SORIMA NETO E CAROLINA NALIN economia@oglobo.com.br RIO E SÃO PAULO

Em meio a um conturbado processo de troca de comando, a Petrobras anunciou ontem um resultado muito acima das projeções do mercado no último balanço financeiro da gestão de Roberto Castel lo Branco. No quarto trimestre de 2020, a companhia registrou lucro recorde de R$ 59,9 bilhões graças à valorização do petróleo entre outubro e dezembro, à revisão de uma baixa contábil bilionária e a ganhos cambiais. O resultado foi mais do que suficiente para compensar os três trimestres anteriores de perdas, em um ano marcado pela pandemia. A estatal fechou 2020 com lucro de R $7,1 bilhões, o que representa queda de 82% em relação a 2019, mas supera as projeções dos analistas, que esperavam prejuízo no acumulado do ano passado.



Castello Branco deve ser substituído no comando da estatal pelo general Joaquim Silva e Luna, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao cargo na última sexta-feira. O nome dele ainda precisa ser aprovado em uma assembleia geral extraordinária, com data a ser definida. Em mensagem aos acionistas, Castello Branco — alvo de críticas do presidente pela política de preços da companhia e até pela adoção do regime de home office — disse que cumpriu o prometido:

"A produtividade está subindo, a companhia está focada em investir em ativos de classe mundial e possui uma grande carteira de ativos não prioritários à venda. Nós entregamos nossas promessas", disse.

R$ 10,3 BI EM DIVIDENDOS

Na mensagem, ele ressalta que a companhia alcançou o maior patamar em fluxo de caixa operacional dos últimos dez anos, com US$ 28,9 bilhões. Isso chama a atenção pois compara um período de preço mais baixo do petróleo — em 2020 o valor médio foi deUS$42 —comumpatamar em que a commodity era negociada na faixa de US$ 100. E o endividamento da estatal caiu.

Os resultados da companhia foram auxiliados pela estratégiade venda de ativos, redução do número de imóveis ocupados e programas de desligamento voluntário, cujos impactos ainda estão em curso. Entre 2019 e 2020,6.100

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 25/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 2/2
Título: Petrobras volta a lucrar e fecha 2020 no azul

funcionáriosdeixaram a empresa, e outros 5 mil devem sair neste ano. No início de 2019, a empresa ocupava 23 prédios administrativos. Hoje, são 14.

"A racionalização de espaços para reduzir custos vem sendo facilitada pela redução do número de funcionários e pela adoção de um regime híbrido de teletrabalho ", disse a empresa. Os custos de viagens caíramUS $40 milhões em comparação com 2019. Grande parte dessa redução será permanente no mundo pós-Covid, afirmou a empresa.

Castello Branco elogiou o Conselho de Administração. "Meu reconhecimento ao nosso Conselho de Administração- pelo importante papel e contínuo apoio à execução da estratégia nesta jornada. Nossos executivos e funcionários não mediram esforços nos piores momentos de uma recessão profunda param antero navio em segurança em águas turbulentas", concluiu.

Para Renan Sujii, estrategista-chefe da Harrison Investimentos, a mensagem de Castello Branco mostra que ele entregou uma agenda de continuidade na recuperação dos indicadores da empresa:

—O lucro do quarto trimestre foi muito acima do esperado. A reversão do impairment (baixa contábil devido à perda de valor de ativos) devolveu R$ 31 bilhões à companhia. E ela teve ganho cambial de R$ 20 bilhões. Houve redução no custo de extração de petróleo, a produtividade está aumentando. É um grande marco da empresa. Por isso a saída de Castello Branco causa ruído.

No primeiro trimestre do ano passado, a companhia havia feito uma baixa contábil bilionária, de R$ 65,3 bilhões, motivada pela queda do petróleo no início da pandemia, o que afetou seus resultados.

Diante do lucro, a companhia vai distribuir R$ 10,3 bilhões em dividendos aos acionistas. O valor equivale a 5% do capital social. A expectativa é que as ações reajam positivamente hoje na B3.

CONSELHO QUER EXPLICAÇÃO

Os resultados superaram as projeções, mas analistas veem in cer tez asâf rente em razão da troca de comando. Em relatório divulgado antes do balanço, os analistas Thiago Duarte, Pedro Soares, Daniel Guardiola e Ricardo Cavalieri, do BTG, afirmam não ter mais confiança de que os pilares que vinham criando valor para a empresa estejam garantidos. "Com os acontecimentos dos últimos dias culminando na decisão do acionista controlador de solicitara substituição do presidente, não temos mais a confiança de que esses pilares permanecerão", escreveram no relatório a clientes. O temor é que a companhia não consiga repassar aos preços nas refinarias as variações na cotação do petróleo.

Enos cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), apesar dos quatro reajustes já anunciados para a gasolina e dos três para o diesel, ainda existe defasagem de 6% a 7% nos preços dos combustíveisnas refinarias, oque indica a necessidade de novos aumentos adiante.

No segundo dia da reunião do Conselho de Administração, que aprovou na terça-feira a convocação de assembleia para analisar o nome do general Silva e Luna, os conselheiros decidiram cobrar esclarecimentos de Bolsonaro por meio da diretoria de Relações com Investidores. Nos últimos dias, o presidente afirmou que "tem muita coisa errada" na empresa.

Um dos temas em discussão foi a composição do novo conselho. Um dos trâmites da assembleiaéa destituição do atual, mas o governo acenou coma recondução. Das 11 vagas, se tesão indicadas pela União. Segundo fontes, todos devem ser reconduzidos.

Modo Rép... Salvar Mais
Gostei Não gostei

Clippings

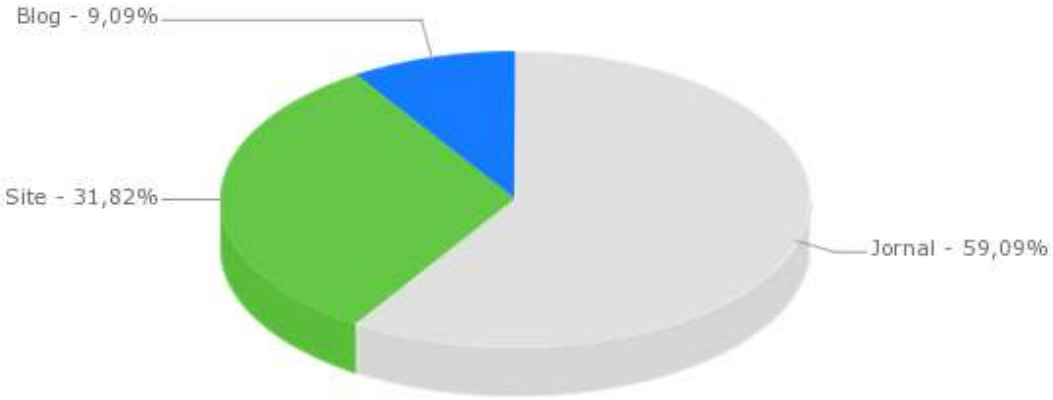
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
24/02/21	Senadinho Macaíba	Site		RN	Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de Sindicatos filiados	Positivo	Matéria		B			
24/02/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Presidente Marcelo Queiroz coordena reunião técnica com presidentes de sindicatos filiados	Positivo	Matéria		B			
24/02/21	Jornal O Mossoroense	Site	Mossoró	RN	Prefeitura informa que vai seguir Ministério Público e reforçar restrições contra à Covid	Neutro	Matéria		A			
24/02/21	Novo Jornalismo	Blog		RN	Empresários vão sugerir medidas para evitar falência de empresas no RN	Positivo	Matéria		B			
24/02/21	Ponto de Vista Online	Blog			Fecomércio entende que decretos 'punem injustamente' bares e restaurantes que cumprem protocolos sanitários no RN	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
24/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Pesquisa: 35% das indústrias potiguares concretizaram os investimentos planejados	Positivo	Matéria		A			
24/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Faturamento da indústria de alimentos cresce 12,8% em 2020	Neutro	Matéria		A			
24/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Com aulas remotas, lojas de material escolar de Natal acumulam prejuízos	Neutro	Matéria		A			
24/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Parnamirim determina fechamento de bares às 22h em decreto com novas medidas de prevenção	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Estadão	Jornal		DF	Presidente do Senado admite votação de auxílio emergencial sem contrapartidas	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Estadão	Jornal		DF	IPO do Banco Modal marca estreia da categoria na B3	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
25/02/21	Estadão	Jornal		DF	Projeto de venda dos Correios sai da gaveta	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Estadão	Jornal		DF	Beneficiário pode ter de devolver auxílio	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Estadão	Jornal		RJ	Petrobrás tem lucro de R$ bi no 4º trimestre	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	MP da Eletrobras prevê R$ 8,7 bi em obras para redutos eleitorais	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo quer votar PEC mesmo sem fim de piso de saúde e educação	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Piso para educação e saúde não é ideal, mas muito pior não tê-lo, diz economista	Neutro	Entrevista		A			
25/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Projeto quebra monopólio dos Correios	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	'Entregamos nossas promessas', afirma presidente da Petrobras ao divulgar lucro	Neutro	Matéria		A			

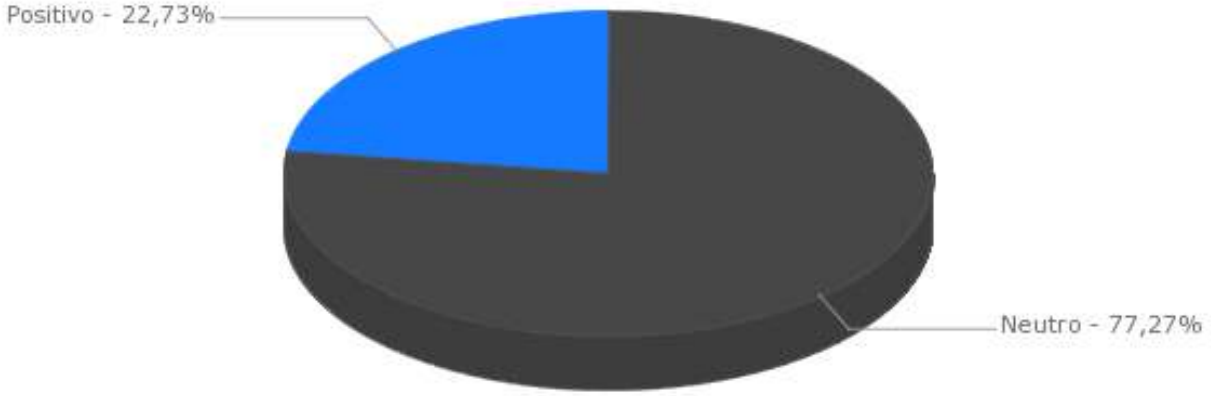
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
25/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Sob efeito da alta dos combustíveis, prévia da inflação do mês fica em 0,48%	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Brasil supera marca de 250 mil mortes por Covid-19	Neutro	Matéria		A			
25/02/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Petrobras volta a lucrar e fecha 2020 no azul	Neutro	Matéria		A			
												Qtde.: 22

Clippings por Tipo de Mídia



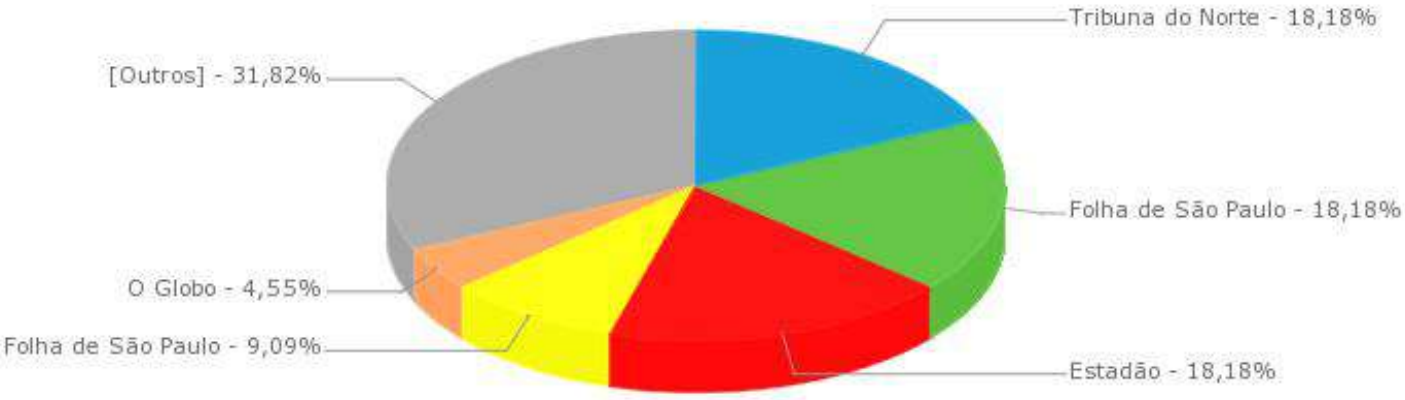
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	13	59,09 %
Site	7	31,82 %
Blog	2	9,09 %
		Total: 22

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	17	77,27 %
Positivo	5	22,73 %
		Total: 22

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	4	18,18 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	18,18 %
Estadão	Jornal	4	18,18 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	9,09 %
O Globo	Jornal	1	4,55 %
O Globo	Jornal	1	4,55 %
Jornal O Mossoroense	Site	1	4,55 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,55 %
Ponto de Vista Online	Blog	1	4,55 %
Estadão	Jornal	1	4,55 %
Senadinho Macaíba	Site	1	4,55 %
Novo Jornalismo	Blog	1	4,55 %
			Total: 22